

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura  
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Reforma Agrária**

**Período de Análise: 01/03/2016 a 31/03/2016**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Site eletrônico do MDS  
Site eletrônico do MDA  
Site Eletrônico do MMA  
Site eletrônico do INCRA  
Site eletrônico da CONAB  
Site eletrônico do MAPA  
Site eletrônico da Agência Carta Maior  
Site Eletrônico da Fetraf  
Site Eletrônico da MST  
Site Eletrônico da Contag  
Site Eletrônico da CNA  
Site Eletrônico da CPT  
Carta Capital

## Índice

<b>FETAG-PB fecha piso de R\$ 905 para trabalhadores da cultura do bambu na Paraíba</b> – Neudja Farias. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 01/03/2016.....	5
<b>Incra e Governo do Ceará avaliam programa de regularização fundiária.</b> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 01/03/2016.....	6
<b>Portaria do Incra reconhece Território Quilombola Lagoa Santa (BA).</b> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 01/03/2016.....	7
<b>Novas famílias se somam a luta do Pré Assentamento Herdeiros de São João.</b> Por Coletivo de Comunicação do MST na Bahia. Site do MST, 02/03/2016.....	8
.....	9
<b>Sem Terra realizam 24º Encontro Estadual em Alagoas.</b> Gustavo Marino. Site do MST, 02/03/2016.....	9
<b>Camponeses ocupam prefeitura no Paraná.</b> Geani de Souza. Site do MST, 03/03/2016.....	11
<b>Deputado propõe parcerias para desenvolver assentamentos no Espírito Santo.</b> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 03/03/2016 .....	12
<b>Pernambuco: Conab realiza nova etapa de distribuição de cestas.</b> CONAB. 03/03/2016.....	13
<b>Secretária executiva debate extensão rural e reforma agrária em PE.</b> Douglas da Rocha. Site do MDA, 04/03/2016. ....	13
<b>Mais Ater para comunidades quilombolas da Bahia.</b> Adolfo Brito. Site do MDA, 04/03/2016.....	14
<b>Em Jornada de Luta, mulheres Sem Terra denunciam o agronegócio.</b> Maura Silva. Site do MST, 05/03/2016. ....	16
<b>No Paraná, mulheres do MST ocupam mais um pedaço da área grilada pela Araupel.</b> Site do MST, 07/03/2016. ....	18
<b>Famílias Sem terra de Sergipe e Bahia festejam imissão de posse.</b> Luiz Fernando. Site do MST, 07/03/2016. ....	19
<b>Incra/AC entrega títulos definitivos para 72 famílias do assentamento Figueira.</b> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 08/03/2016 .....	20
<b>Criação de assentamento para 400 famílias deve dinamizar economia na região entre Bahia e Sergipe.</b> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 08/03/2016.....	21
<b>Famílias Sem Terra são feitas reféns e têm casas incendiados por pistoleiros.</b> Coletivo de Comunicação do MST na Bahia. Site do MST, 08/03/2016.....	22

<b>Trabalhadoras rurais ocupam a Secretaria de Agricultura de Alagoas.</b> Gustavo Marinho. Site do MST, 08/03/2016.....	23
<b>Após ocupação, camponesas se reúnem com representantes do Incra e MDA.</b> Site do MST, 08/03/2016.....	25
<b>Em Porto Alegre, mulheres continuam negociações para desocupar prédio do Incra.</b> Site do MST, 09/03/2016. ....	27
<b>Acesso a políticas públicas para indígenas Tabajaras.</b> Site do MDA, 09/03/2016... 28	
<b>Ministra reitera apoio à agricultura familiar – Letícia Verdi.</b> Ministério do Meio Ambiente (MMA). 09/03/2016 .....	29
<b>Agricultura familiar em pauta na CNBB.</b> Site do MDA, 11/03/2016. ....	29
<b>Extremo Sul da Bahia terá novo modelo de assentamento.</b> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 11/03/2016.....	30
<b>Incra utilizará Cadastro Nacional de Informações Sociais na seleção de famílias para a Reforma Agrária.</b> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 11/03/2016.....	31
<b>Incra obtém novo imóvel para a criação de assentamento no Sertão Ocidental de Sergipe.</b> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 11/03/2016.....	32
<b>Agricultura Familiar em debate.</b> FETRAF. 11/03/2016. ....	33
<b>Sem Terra ocupam latifúndio no interior de São Paulo.</b> Setor de Comunicação do MST São Paulo. Site do MST, 14/03/2016. ....	34
<b>MST e MAB ocupam fazenda grilada em Lagoa Vermelha no RS.</b> Site do MST, 14/03/2016.....	37
<b>Sem Terra ocupam fazenda Martinópolis em São Paulo.</b> Setor de Comunicação do MST São Paulo. Site do MST, 14/03/2016. ....	38
<b>No Incra, MST e MAB tratam sobre ocupação de fazenda em Lagoa Vermelha.</b> Site do MST, 15/03/2016. ....	39
<b>Liberados créditos para construções de casas em quatro assentamentos no Ceará.</b> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 15/03/2016 .....	40
<b>Condraf debate desenvolvimento rural durante o Dialoga Brasil.</b> FETRAF. 16/03/2016.....	40
<b>Incra estuda aquisição de áreas para reforma agrária no Sul da Bahia.</b> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária . 17/03/2016.....	41
<b>Adjudicação de imóveis rurais abre nova frente de obtenção de terras no Paraná.</b> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária . 17/03/2016 .....	42
<b>Ausência de avanços para indígenas no Brasil é 'inquietante', diz ONU – Luísa Martins.</b> O Estado de São Paulo. 17/03/2016.....	43
<b>Comunidade quilombola na Paraíba comemora posse de imóveis.</b> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 17/03/2016 .....	45

<b>MMA analisa melhorias para a agricultura</b> - Lucas Tolentino. Ministério do Meio Ambiente (MMA). 17/03/2016 .....	49
<b>Grupo identifica 363 potenciais imóveis para reforma agrária.</b> Gabriela Bomtempo e Adolfo Brito. Site do MDA, 21/03/2016. ....	50
<b>Governos discutem reforma agrária da Fazenda Uruanan (CE).</b> Adolfo Brito. Site do MDA, 22/03/2016.....	52
<b>Grupo identifica imóveis potenciais para reforma agrária na Amazônia Legal.</b> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 23/03/2016 .....	53
<b>Encontro Nacional de Reforma Agrária e Crédito Fundiário termina hoje defendendo a necessidade de forte mobilização</b> – Livia Barreto. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 23/03/2016.....	54
<b>Agroecologia será prioridade em Ater</b> – Letícia Verdi. Ministério do Meio Ambiente (MMA). 23/03/2016 .....	55
<b>Extensão rural para povos e comunidades tradicionais.</b> Adolfo Brito. Site do MDA, 29/03/2016.....	56
<b>Foi aprovado hoje na Câmara dos Deputados projeto de lei que regulamenta a atividade de integração agropecuária no Brasil</b> – Livia Barreto. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 31/03/2016.....	58
<b>Incra/GO realiza consulta pública para aquisição de fazenda de 3,9 mil hectares.</b> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 31/03/2016 .....	59
<b>Sem Terra voltam a ocupar área da Monsanto em Santa Catarina.</b> Fábio Reis. Site do MST, 31/03/2016.....	60

**Estagiária: Ananda da Silveira, Daniele Rocha e Marielle Mattos FETAG-PB fecha piso de R\$ 905 para trabalhadores da cultura do bambu na Paraíba – Neudja Farias. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 01/03/2016**

A FETAG-PB e a empresa Agrimex fecharam, na última sexta-feira (10), o piso de R\$ 905 para os empregados do corte e tratos culturais do bambu e o reajuste de 8% para os funcionários dedicados às atividades de apoio que recebem até R\$ 2 mil. No mesmo dia, a entidade também reuniu-se com representantes da empresa Itograss, que produz grammas, para as primeiras negociações de um acordo para os trabalhadores que atuam nesta cultura, no Estado.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba (FETAG-PB) e a empresa Agrimex fecharam, na tarde da última sexta-feira (10), o acordo coletivo dos trabalhadores que atuam na cultura do Bambu, na Paraíba, com a mediação da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE).

O novo piso salarial dos empregados do corte e tratos culturais ficou em R\$ 905. Já o percentual de aumento para os funcionários dedicados às atividades de apoio, como mecânicos; operadores de máquinas; pedreiros; motoristas; técnicos; e de escritório, como auxiliares administrativos, foi de 8% para quem recebe até R\$ 2 mil. Ainda como resultado das negociações, foram mantidas a data base da categoria em 1º de janeiro, e todas as cláusulas sociais do acordo anterior.

Segundo o secretário de Assalariados da FETAG-PB, João Antônio Alves (João Lau) a entidade busca garantir, no decorrer desse processo, não só o êxito das negociações assegurando o direito dos trabalhadores, mas sobretudo a execução do que for acordado.

“A FETAG-PB está em campo todos os dias para verificar se o que foi acordado está sendo, de fato, cumprido. Quando há alguma reclamação por parte dos trabalhadores, nós vamos até a diretoria da empresa. Na maioria dos casos o problema é prontamente resolvido, após nossa intervenção. Se não houver entendimento, encaminhamos o caso a SRTE”, concluiu João Lau.

A cultura do bambu na Paraíba, emprega aproximadamente 460 trabalhadores rurais assalariados, que atuam principalmente no corte. O bambu extraído no estado é utilizado pela indústria de papel, para a confecção de sacos de cimento.

Gramma – No mesmo dia, pela manhã, a FETAG-PB também se reuniu, na SRTE, com representantes da empresa Itogross, que produz grammas, para estabelecer as primeiras negociações de um acordo para os trabalhadores que atuam nesta cultura, no Estado. Um novo encontro será marcado para dar continuidade ao que já foi discutido.

---

### **Incra e Governo do Ceará avaliam programa de regularização fundiária. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 01/03/2016**

O secretário de Desenvolvimento Agrário do Ceará, Francisco José Teixeira, reuniu-se nesta terça-feira (1º) com a presidente do Incra, Maria Lúcia de Oliveira Falcón, em Brasília, para apresentar os avanços da regularização fundiária no estado, resultado de parceria entre as instituições.

Participaram do encontro o secretário adjunto de Desenvolvimento Agrário do Ceará, Wilson Brandão, o presidente do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (Idace), Eduardo Martins Barbosa, o diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Richard Martins Torsiano, e o chefe de gabinete do Incra, Luiz Rodrigues Oliveira.

Desde 2007, o governo do Ceará executa por meio de convênio com o Incra o Programa de Cadastro Georreferenciado de Imóveis Rurais e Regularização Fundiária, que tem como metas realizar o cadastro georreferenciado de 260.846 imóveis rurais e a regularização de posses com a emissão de 182 mil títulos para beneficiar produtores rurais e agricultores familiares.

O secretário Francisco Teixeira disse que a parceria já assegurou a medição de 9.329.719 hectares, com o georreferenciamento de 199.783 imóveis rurais e 116.551 posses no estado. Já foram emitidos 45.126 títulos para regularizar as posses medidas e cadastradas pelo Idace. Ele destacou que 62% da malha fundiária do Ceará já foi georreferenciada e que mais 71.385 títulos serão expedidos para legalizar as posses de agricultores familiares.

Segundo Teixeira, a política de regularização fundiária tem contribuído para o desenvolvimento econômico e social de muitos municípios no estado. “A legalização das posses assegura aos pequenos agricultores a inclusão em políticas públicas e por isso a parceria com o Incra é estratégica para o Ceará.”

De acordo com o diretor Richard Torsiano, o projeto desenvolvido pelo governo do Ceará e pelo Incra é o maior programa de regularização fundiária do país e é exemplo de política afirmativa, que garante emancipação e cidadania a milhares de agricultores familiares. “A parceria é ousada e serve como modelo para outros estados.”

A presidente Lúcia Falcón destacou que o programa terá o apoio necessário para garantir a regularização das posses dos agricultores familiares no estado, salientando que o compromisso do governo cearense com a ação vai alavancar o desenvolvimento do campo.

---

### **Portaria do Incra reconhece Território Quilombola Lagoa Santa (BA). Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 01/03/2016**

O Território Quilombola Lagoa Santa, localizado entre os municípios de Ituberá e Nilo Peçanha, no Baixo Sul da Bahia, teve a portaria de reconhecimento publicada pelo Incra no Diário Oficial da União (DOU) da sexta-feira (26). A autarquia reconhece e declara como terras da comunidade quilombola uma área de 653 hectares, onde vivem 35 famílias.

Além de consolidar o território quilombola, a portaria também dá legitimidade ao conteúdo do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), publicado em 2014. O relatório é composto por um conjunto de peças que aborda a história de formação e ocupação do território, considerando a ancestralidade, a tradição, a organização socioeconômica e condições agroambientais, bem como o levantamento cartorial dos incidentes no território identificado.

As 35 famílias mantêm uma relação mística, em especial, com a lagoa existente no local, chamada de Lagoa Santa. As crianças da comunidade são batizadas nessas águas, às quais também são creditados casos de cura e de encantamentos pela entidade Mãe D'Água.

“A memória social do grupo aponta a lagoa como um lugar de milagres e encantos”, reporta o relatório. De acordo com o documento, permanecem vivos nas narrações locais os casos de cura, agradecimentos, aparições, visagens e devoções às águas da Lagoa Santa. Um dos relatos mais contundentes no imaginário da população remete à aparição de uma linda moça na lagoa, a Mãe D'Água.

O povoamento da comunidade foi iniciado entre os séculos XIX e XX, com aquisição de terras por parte de famílias afrodescendente, quando se agregaram formando uma única comunidade. É o que conta o Relatório Antropológico que compõe o RTID. Segundo o relatório, nos anos de 1960, os fazendeiros e posseiros vizinhos pressionaram as famílias da comunidade Lagoa Santa, com o boato de que a reforma agrária iria tomar-lhes a terra. Muitas acabaram vendendo-as “a preço de banana”.

As famílias do território quilombola vivem da agricultura, do extrativismo e da manufatura de artesanato. A produção agrícola está voltada ao plantio da mandioca, do cacau, da banana, do cravo, do milho, do feijão e do cupuaçu para consumo e venda na feira livre de Ituberá. O extrativismo da piaçava permite que eles produzam artesanato, além de comercializem as fibras in natura.

---

### **Novas famílias se somam a luta do Pré Assentamento Herdeiros de São João. Por Coletivo de Comunicação do MST na Bahia. Site do MST, 02/03/2016.**

Os Sem Terra discutiram as demandas e organização das famílias a partir da nucleação e afinidades de produção, bem como, a convivência e construção da agroecologia.

Com o objetivo de reconhecer, rememorar e organizar mais 12 famílias na luta do Pré Assentamento Herdeiros do São João, localizado no município do Prado, é que entre os dias 22 a 26 de fevereiro, foi realizado o curso de formação política com acompanhamento técnico e organizativo.

Os Sem Terra discutiram as demandas e organização das famílias a partir da nucleação e afinidades de produção, bem como, a convivência e construção da agroecologia.

Nas místicas, os trabalhadores relembrou as dificuldades enfrentadas para conquistar a terra e apontaram os inúmeros desafios que se têm nas lutas pela democratização da terra. Exemplo disso, é a “garantia de uma produção intensa de alimentos agroecológicos, de maneira coletiva”, destacaram.

Para Etevaldo, pré assentado, “possuir a terra é muito gratificante, principalmente quando pisamos no solo onde vamos produzir e sustentar nossas famílias, mostrando ao latifúndio e a sociedade que a terra é para se morar, plantar e produzir”.



O curso organizou as famílias em núcleos de estudo, construindo laços e reafirmando ideais e construções coletivas, como: a agroecologia, soberania alimentar, o enfrentamento ao modelo de produção do capital e aos agrotóxicos.

“Tem gente que não acredita no Movimento quando é chamado para uma assembleia e diz que ‘não vai, por não acreditar’ e as 12 famílias que se somam ao pré assentamento testemunham que a luta vale a pena”, afirmou a pré assentada Rosilene Maria.

---

### **Sem Terra realizam 24º Encontro Estadual em Alagoas. Gustavo Marino. Site do MST, 02/032016**

Durante o encontro os trabalhadores apontaram os desafios na construção da Reforma Agrária Popular no estado.

Cerca de 650 Sem Terra de todas as regiões de Alagoas realizaram entre os dias 24 e 26/02, na cidade de Satuba (22 km de Maceió), o 24º Encontro Estadual do Movimento no estado.

Após o processo de retomada do trabalho de base com todos os acampados e assentados do estado, os anseios e perspectivas do conjunto da base e da militância do Movimento deram o tom dos três dias de debate, da análise de conjuntura aos desafios dos setores e coletivos no estado.

“Esse é um importante momento para o nosso Movimento aqui no estado. A retomada do trabalho de base nos mostrou diversos elementos que ajudam a consolidar os nossos próximos passos para avançar na luta pela Reforma Agrária Popular em todas as regiões de Alagoas. E o nosso Encontro precisa dar o fôlego e apontar os nossos rumos na luta pela terra no estado”, destacou José Roberto, da direção nacional do MST.

A mesa de abertura do encontro contou com a participação de representações de movimentos populares, sindicatos, partidos políticos, universidades, representações religiosas e de movimentos de luta pela terra de Alagoas, além da presença do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e do Iteral (Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas), que ressaltou o papel da luta pela Reforma Agrária no estado, bem como necessidade de construção de alianças para avançar nas conquistas da classe trabalhadora.

A partir da análise do atual cenário político e econômico, conduzido por João Pedro Stédile, do MST e Izac Jackson da CUT-AL, todos os delegados e delegadas do encontro apontaram os desafios e as tarefas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais na construção da unidade e fortalecimento das alianças, em torno da Frente Brasil Popular em todos os municípios onde o MST está organizado em Alagoas e das principais demandas dos camponeses na construção da Reforma Agrária Popular no estado para o próximo período, da produção de alimentos saudáveis até a garantia de participação e organização de todos os sujeitos nas lutas e atividades do Movimento.

Segundo Débora Nunes, da coordenação nacional do MST, o 24º Encontro Estadual conseguiu aprofundar na leitura da realidade e apontar as tarefas do Movimento.

“Precisamos manter a disposição de contribuir no desenvolvimento do nosso município, do nosso estado e do nosso país. É preciso que a Reforma Agrária Popular consiga manter-se como uma alternativa as injustiças e mazelas que historicamente maltrataram nosso povo. E isso só será possível se cada um e cada uma de nós assumirmos os compromissos que essa tarefa nos dá”, disse Débora.

### **Assembleias**

Durante do Encontro, as Assembleias da Juventude e das Mulheres Sem Terra também trouxeram ao conjunto do da programação dos debates o papel e os desafios dos jovens e das camponesas na construção da Reforma Agrária Popular.

Cerca de 150 jovens de todo o estado estiveram presentes na 2ª Assembleia da Juventude Sem Terra de Alagoas, debatendo a organicidade e as tarefas da Juventude Sem Terra no fortalecimento das lutas. Os jovens também debateram a Jornada Cultural Nacional - “Alimentação Saudável: um direito de todos!” onde fizeram o planejamento de suas ações para impulsionar o debate da Reforma Agrária Popular, em especial o da produção de alimentos saudáveis nas áreas de assentamento e acampamento e na relação com o conjunto da sociedade.

Já na Assembleia das Mulheres Sem Terra, a mística em torno da Jornada Nacional de Luta das Mulheres garantiu os debates e o planejamento das camponesas que dão o ponta pé nas lutas no ano de 2016 e que em 2016 trazem o lema “Mulheres na luta em defesa da natureza e alimentação saudável, contra o agronegócio”.

Durante a assembleia das mulheres, todos os homens participantes do Encontro reuniram-se em uma roda de conversa sobre gênero. Lá os companheiros foram desafiados a pensar sobre o modelo de “homem” que o capitalismo impõe e de que maneira esse estereótipo é reproduzido e sustentado. Com um debate caloroso e participativo, os homens do Encontro ressaltaram a necessidade da organização das mulheres Sem Terra e do desafio de garantir o debate sobre gênero cada vez mais presente nos espaços de formação.

“Os desafios apontados para a classe trabalhadora no próximo período são inúmeros. E é preciso que nós, trabalhadores e trabalhadoras rurais Sem Terra estejamos preparados e comprometidos a continuar na luta na defesa dos nossos direitos e da Reforma Agrária Popular”, ressaltou Margarida da Silva, da Direção Nacional do MST.

“Mulheres, homens, juventude, nossos Sem Terrinha, todos e todas nós que formamos o nosso Movimento, devemos seguir a passos firmes, lembrando da nossa história de luta e do futuro que queremos construir, com a rebeldia e a força necessária”.

---

### **Camponeses ocupam prefeitura no Paraná. Geani de Souza. Site do MST, 03/03/2016.**

Os camponeses e os indígenas reivindicam do poder público, infraestrutura para os assentamentos e acampamentos da região.

Cerca de 500 pessoas integrantes do MST e das tribos indígenas Kaingang e Guarani, ocupara na manhã desta quinta-feira (3), a prefeitura de Espigão Alto do Iguaçu, na região central do Paraná.

Os camponeses e os indígenas reivindicam do poder público municipal, infraestrutura para os assentamentos e acampamentos da região e também o transporte escolar para as crianças, além de pontos de ônibus e estradas na região.

Um dos pontos mais críticos é o pré-assentamento Segunda Conquista, onde moram cerca de 40 famílias, no local a infraestrutura é bastante precária. Segundo os assentados, as crianças e adolescentes sofrem para poder chegar à escola, por conta das estradas e dos ônibus.

No município, além dos acampamentos e assentamentos, existem aldeias indígenas, onde a situação não está diferente.

Segundo Marcelo Karai, morador indígena, as estradas de acesso a aldeia estão bastante debilitadas.

“Precisamos pressionar os órgãos públicos, pois nós indígenas necessitamos ser vistos e ouvidos. Na nossa comunidade o carro da saúde não consegue chegar por conta da estrada”, diz Karai.

Os manifestantes continuam mobilizados na prefeitura, e só pretendem sair após a garantia de que terão as pautas atendidas.

---

### **Deputado propõe parcerias para desenvolver assentamentos no Espírito Santo. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 03/03/2016**

O deputado federal Givaldo Vieira, do Espírito Santo, reuniu-se nesta quarta-feira (2) com a presidente do Incra, Maria Lúcia de Oliveira Falcón, na sede do instituto, em Brasília, para discutir reivindicações de agricultores assentados e famílias acampadas no estado.

Vieira destacou a importância da agricultura familiar para a economia regional e propôs ao Incra ampliar investimentos nos assentamentos em parceria com outras instituições públicas. Ele ressaltou que a reforma agrária é uma política importante de inclusão social e de geração de renda e que, por isso, apoiará projetos que estimulem o desenvolvimento destas áreas. Pediu também que sejam assegurados recursos para obtenção de terras no estado para assentamento de trabalhadores rurais, em especial, no município de Ecoporanga, onde o Incra já possui processos em estágio avançado.

A presidente Lúcia Falcón falou que as pautas do estado serão debatidas, dias 10 e 11 de março, com o superintendente regional, que participará de encontro em Brasília para pactuar as metas e os recursos orçamentários e financeiros da unidade.

Ela apresentou também ao deputado o projeto de modernização institucional da autarquia e as diretrizes de desenvolvimento da política de reforma agrária, com foco na abordagem territorial, na inserção dos assentamentos em arranjos produtivos locais, no

apoio ao cooperativismo e à agroindustrialização, na agregação de valor à produção e na geração de renda para os agricultores assentados.

---

**Pernambuco: Conab realiza nova etapa de distribuição de cestas. CONAB. 03/03/2016.**

Acampados que aguardam reforma agrária, comunidades indígenas, quilombolas, de terreiros e de pescadoras de Pernambuco estão sendo beneficiados com mais uma etapa de doação de cestas de alimentos pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Por meio de convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), serão distribuídas 24.476 cestas com 22kg cada.

Cada cesta possui 4kg de farinha, 10kg de arroz, 3kg de feijão, 1kg de leite, 2kg de óleo e 1kg de macarrão. Cerca de 130 mil pessoas beneficiadas.

Esta é a 4ª etapa da ação de distribuição iniciada no final de 2015. Já foram distribuídas 69.619 em outubro, novembro e dezembro (cerca de 340 mil pessoas). A 5ª e última etapa será realizada entre abril e maio. Serão doadas 12 mil cestas.

---

**Secretária executiva debate extensão rural e reforma agrária em PE. Douglas da Rocha. Site do MDA, 04/03/2016.**

Na foto: Charles do Emery, chefe de Gabinete da SR-03; Demétrius Fiorante, delegado federal do MDA em PE; Heliodoro Daltino, superintendente substituto regional do Incra/PE; e Maria Fernanda Coelho, secretária executiva do MDA

Avaliar os programas em andamento, tocados pelo Incra em Pernambuco, tais como: a obtenção de terras para reforma agrária e a prestação da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) nos assentamentos da Superintendência Regional. Para debater o assunto, a secretária executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Maria Fernanda Coelho, se reuniu, nesta sexta-feira (04), com o superintendente substituto do Incra/PE, Heliodoro Daltino; o chefe de Gabinete do Instituto, Charles do Emery; e o delegado federal do MDA em Pernambuco, Demétrius Fiorante. O encontro ocorreu na sede do Incra em Recife.

Após a reunião, atendendo a demanda da Comissão de Representativa do Assentamento Governador Miguel Arraes, situado no município de Catende, na Zona da Mata Sul do estado, Maria Fernanda esteve com lideranças locais, como o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Pernambuco (Fetape), Doriel Barros e Lenivaldo Lima, representante da entidade prestadora da Ater na região. O encontro contou ainda com a participação, via videoconferência, de Nilton Tubino, assessor especial do ministro Patrus Ananias. Entre os temas tratados, ele deu destaque à liberação dos créditos para os beneficiários e ao parcelamento da área do assentamento.

À tarde, é a vez da secretária atender o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ela fará, juntamente com o representante regional do movimento, Jaime Amorim e demais lideranças, o acompanhamento de pauta apresentada em maio de 2015. Entre os pontos que mais avançaram está o Fomento Mulher - o estado ficou em 3º lugar na aplicação em números absolutos no Brasil, e o Termo de Cooperação, assinado no início deste ano, para a regularização fundiária de todo município de Caruaru, no agreste pernambucano.

---

#### **Mais Ater para comunidades quilombolas da Bahia. Adolfo Brito. Site do MDA, 04/03/2016.**

Durante três dias, agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) participaram de oficinas no Centro de Treinamento em Salvador (BA). Eles receberam capacitação para atender 1.420 famílias que vivem em quilombos nos territórios do Recôncavo e do Velho Chico, ambos na Bahia. O atendimento será feito durante os próximos três anos, conforme previsto em **Chamada Pública**. Durante as oficinas, os agentes de Ater participaram de palestras e receberam treinamento para reconhecer possíveis criadouros do mosquito *Aedes aegypti* no meio rural.

O coordenador geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais do MDA, Edmilton Cerqueira, acompanhou os trabalhos. Ele defende que as oficinas permitem aos agentes de Ater entenderem melhor como funcionam as políticas públicas do governo federal voltadas para os quilombolas. “Os técnicos receberam informações sobre Plano Brasil Sem Miséria, Brasil Quilombola e as políticas do MDA, como as políticas de inclusão produtiva e de fomentos”, explicou Cerqueira ao lembrar que todas

essas políticas são oferecidas ao público da agricultura familiar, do qual as comunidades quilombolas fazem parte.

De acordo com Edmilton Cerqueira, a ideia é oferecer cada vez mais assistência técnica às comunidades quilombolas. Para ele, a oficina realizada em Salvador é apenas o início de um longo trabalho. “É um processo que se iniciou, e agora é só ampliar, aumentar cada vez mais o atendimento”.

### **Parceria**

De acordo com Milton Marques do Nascimento, coordenador geral de Povos e Comunidades Tradicionais do MDS, a iniciativa é a primeira de várias que serão realizadas ao longo do ano. “Nós estamos com uma cobertura grande, inclusive adentrando na Região Norte”.

Milton Marques informou que as famílias quilombolas dos territórios Recôncavo e Velho Chico terão direito, além da assistência técnica, a um programa de fomento do MDS para dar início a alguma atividade produtiva. “Nada mais é que um desembolso R\$ 2,4 mil para que a família possa iniciar um projeto de capacidade produtiva individual na sua propriedade”, explicou ao ressaltar que o recurso é financiado pelo Governo Federal.

Segundo o coordenador do MDS, 258 mil famílias de agricultores familiares, incluindo 34 mil famílias de povos e comunidades tradicionais, já se beneficiaram com o projeto. “A gente tem verificado um efeito fantástico na mudança, em termos de produtividade das propriedades, do espaço e do território produtivo”, comentou ao destacar que, para receber o recurso, a família precisa ser assistida por um agente de Ater. “É preciso estar com acompanhamento, pois o benefício só é pago quando o projeto estiver pronto”, ponderou.

### **Combate ao *Aedes***

Para João da Conceição, coordenador de Ater do território Velho Chico, aproveitar a capacitação para abordar também o combate ao *Aedes* foi fundamental. “A melhor cura é a prevenção e se agente não começar a prevenir, a orientar as pessoas de como agir dentro e fora das suas casas, não teremos êxito”, diz ao reforçar que todos têm que estar envolvidos no combate ao mosquito. “Essa batalha não é só do governo, é uma batalha onde a sociedade e as comunidades quilombolas não podem ficar de fora”.

De acordo com João da Conceição, ele e todos os agentes que participaram das oficinas ficaram satisfeitos com os conhecimentos adquiridos.

Segundo ele, a maior satisfação é de que o treinamento foi direcionado. “Foi muito importante, principalmente, para essa região, pois a gente nunca recebeu uma chamada de Ater específica, mas agora é exclusivo para as comunidades quilombolas”, diz ao salientar que durante o atendimento o agente também vai contribuir para assegurar a saúde das famílias. “Eu sou da comunidade, nascido e criado. Não tem como mensurar o ganho. Não só pra gente como equipe, como para comunidade em geral”, concluiu.

---

**Em Jornada de Luta, mulheres Sem Terra denunciam o agronegócio. Maura Silva. Site do MST, 05/03/2016.**

Dentre as pautas gerais tratadas esse ano estão os agrotóxicos, a mineração, a reforma da previdência, a violência contra a mulher e a impunidade no Massacre de Eldorado dos Carajás.

A Jornada Nacional de Luta das Mulheres Camponesas neste ano traz o lema: Mulheres na luta em defesa da natureza e alimentação saudável, contra o agronegócio.

Com isso, milhares de mulheres Sem Terra se mobilizarão em todo país durante a primeira quinzena de março para denunciar o capital estrangeiro na agricultura brasileira e as empresas transnacionais, chamando a atenção da sociedade do modelo destrutivo do agronegócio para o meio ambiente, a ameaça à soberania alimentar do país e a vida da população brasileira, afetando de forma direta a realidade das mulheres.

Ao mesmo tempo, as camponesas apresentarão como alternativa o projeto de agricultura baseado na agroecologia, e propõe a luta em defesa da soberania alimentar.

Em entrevista, Silva Reis Marques, do coletivo de mulheres do MST, fala sobre as perspectivas da Jornada. Para ela: Só existe um caminho: lutar para que o conjunto da sociedade compreenda que estão sendo retirados nossos direitos e que não podemos aceitar isso. Precisamos da unidade dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Outro tema que será pautado pelas mulheres Sem Terra é o Massacre de Carajás, que em 2016 completa 20 anos.

**Acompanhe a entrevista:**



### **Qual o objetivo da Jornada deste ano?**

A Jornada Nacional de Luta das Mulheres Sem Terra 2016 traz o lema *Mulheres na luta em defesa da natureza e alimentação saudável, contra o agronegócio*. E nosso objetivo geral é fazer a luta contra o capital e o agronegócio, e também denunciar as opressões que sofrem a classe trabalhadora, em especial as mulheres.

### **E quais serão os principais temas abordados? Fale sobre cada um deles.**

As pautas gerais da luta são os agrotóxicos, a mineração, a reforma da previdência, a violência contra as mulheres, as sementes transgênicas, a Reforma Agrária e a impunidade no Massacre de Eldorado dos Carajás.

A jornada também denuncia o capital estrangeiro na agricultura brasileira por meio das empresas transnacionais, chamando a atenção da sociedade do modelo destrutivo do agronegócio para o meio ambiente, a ameaça à soberania alimentar do país e a vida da população brasileira, afetando de forma direta a realidade das mulheres.

O modelo agro –hidro -minerador não pode continuar sendo base da economia da sociedade brasileira. Além disso, as lutas denunciam a impunidade em relação à violência contra as trabalhadoras e os trabalhadores camponesas/es.

Também exigimos a punição da Vale/Samarco de forma imediata. É preciso que o poder público reveja a atuação destas mineradoras em nosso território, em que situações de desrespeito aos direitos da população local são sempre denunciadas, mas quase sempre nada é feito.

### **Quais continuam sendo as maiores dificuldades das mulheres no campo?**

As maiores dificuldades que temos dizem respeito ao acesso à terra, às políticas públicas e créditos para as mulheres.

### **A taxa de violência no campo é extremamente elevada, nesse sentido, o que a mulher Sem Terra faz para combater essa estatística dentro e fora do Movimento?**

Segundo o Mapa da Violência de 2015, divulgado em novembro, o Brasil apresenta uma taxa de 4,8 homicídios por cada 100 mil mulheres, a 5ª maior do mundo, conforme dados da Organização Mundial de Saúde que avaliaram um grupo de 83 países.

Vale ressaltar que em mais da metade dos casos (55,3%) o crime ocorre em ambiente doméstico, sendo que 33,2% dos homicidas são parceiros ou ex-parceiros de suas vítimas. Diante disso, temos feito vários processos de formação e luta, como o 25 de novembro, quando o tema é amplamente discutido dentro do Movimento.

Debatemos questões de gênero com os companheiros e as companheiras e orientamos para que sejam feitas as denúncias e tomadas providências. Mas é importante ressaltar que ainda precisamos de muita luta para conseguir condições para que as mulheres possam além de denunciar, ter um amparo jurídico e legal. A lei Maria da Penha foi um importante passos, mas ainda existem muitas lacunas e muito a ser feito dentro e fora do Movimento.

**Os direitos da classe trabalhadora, em especial da mulher, estão sendo constantemente ameaçados pela atual configuração do Congresso Nacional. De que maneira as mulheres e a sociedade de uma forma geral podem coibir essa ameaça?**

Só existe um caminho: lutar para que o conjunto da sociedade compreenda que estão sendo retirados nossos direitos e que não podemos aceitar isso. Precisamos da unidade dos trabalhadores e das trabalhadoras.

---

**No Paraná, mulheres do MST ocupam mais um pedaço da área grilada pela Araupel. Site do MST, 07/03/2016.**

A empresa Araupel é exemplo do modelo de agronegócio que produz apenas para exportação, com as terras cobertas por um deserto verde de pinus e eucalipto.

Cerca de 450 famílias do MST, acampadas no Herdeiros da Terra de 1º de Maio, em Rio Bonito do Iguazu, região centro do Paraná, ocuparam no último domingo (6), uma área denominada Guajuvira pertencente ao título Pinhal Ralo nas terras griladas pela empresa Araupel.

A ocupação realizada pelo Movimento foi para evitar confronto com uma outra organização chamada de Ligas Camponesas que estava ameaçando ocupar a área com interesse de retirar as madeiras do local.

A ação faz parte da Jornada Nacional de Luta das Mulheres Camponesas que neste ano traz o lema: “Mulheres na luta em defesa da natureza e alimentação saudável, contra o agronegócio”.

A Jornada tem como objetivo denunciar o capital estrangeiro na agricultura brasileira por meio das empresas transnacionais, chamando a atenção da sociedade do modelo destrutivo do agronegócio para o meio ambiente, a ameaça à soberania alimentar do país e a vida da população brasileira, afetando de forma direta a realidade das mulheres.

No Paraná, a empresa Araupel é exemplo claro desse modelo, pois não produz alimentos, apenas madeira para exportação, com as terras cobertas por um deserto verde de pinus e eucalipto.

As pautas gerais da luta são os agrotóxicos, a mineração, a reforma da previdência, a violência contra as mulheres, as sementes transgênicas, a Reforma Agrária e a impunidade no Massacre de Eldorado dos Carajás que esse ano completa 20 anos.

---

### **Famílias Sem terra de Sergipe e Bahia festejam imissão de posse. Luiz Fernando. Site do MST, 07/03/2016.**

A fazenda tem quase 9,8 mil hectares de extensão e vai beneficiar mais de 400 famílias.

Na última sexta-feira (04), mais de 400 famílias Sem Terra do estado de Sergipe e da Bahia se reuniram para comemorar a imissão de posse da antiga Fazenda Renata, agora Assentamento Nova Esperança, localizada em Itapicuru na Bahia, divisa com o município sergipano de Tobias Barreto.

A fazenda tem quase 9,8 mil hectares de extensão e, uma de as suas potencialidades, é possuir influência do manancial subterrâneo da Bacia do Tucano, que poderá fazer uso da irrigação para o cultivo diversificados de fruticultura e hortaliças, abastecendo a mesa dos consumidores com produtos mais saudáveis.

Durante as festividades da imissão de posse, todos os presentes repudiaram a ofensiva patrocinada pela mídia, espetacularizada por motivações políticas, na tentativa de destruir a figura política do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e criminalizar a política.

Na ocasião estiveram presentes a militância do MST da região, os deputados federais João Daniel (PT/SE), Valmir Assunção (PT/BA), superintendente Regional do Incra/SE, André Bonfim e Gugé Fernandes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra/BA), prefeitos da região e lideranças políticas.

---

### **Incra/AC entrega títulos definitivos para 72 famílias do assentamento Figueira. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 08/03/2016**

Um total de 72 famílias assentadas no Projeto de Assentamento Figueira, localizado no município de Rio Branco (AC), receberam, no último dia 3 de março, os títulos definitivos de suas propriedades localizadas na Vila Verde, antiga sede do assentamento, no km 60 da estrada Transacreana.

A entrega dos títulos é o resultado prático do programa de regularização fundiária desencadeado pela Superintendência Regional do Incra/AC, em parceria com o programa Terra Legal e Instituto de Terras do Governo do Estado do Acre, executado pela Prefeitura Municipal de Rio Branco.

A Vila Verde foi criada pelo Incra há quase 30 anos para funcionar como núcleo urbano de apoio rural no assentamento Figueira, tendo um desenvolvimento acelerado graças a localização estratégica em relação a pelo menos 10 assentamentos criados na região. O título de área urbana concedido pela Prefeitura Municipal aos assentados garante investimentos em saneamento básico, saúde, lazer, educação, rede de telefonia, entre outros. Esses investimentos asseguram melhor qualidade de vida aos assentados.

O assentamento Figueira foi criado em janeiro de 1987 e possui uma área de 25.567 hectares, sendo que há no local 354 famílias assentadas. Atualmente cerca de 80% dessas famílias estão com suas terras tituladas e o superintendente do Incra/AC, Márcio Alécio, garante que o objetivo é titular todos. "O Título representa o direito à regularização da posse da terra, à dignidade em poder deixar os frutos do trabalho para a família, um endereço que é de direito a todo cidadão e à possibilidade na obtenção de linhas de crédito para melhoria na produção e renda", avaliou.

Ao receber o título das mãos do superintendente Márcio Alécio, o trabalhador rural Francisco das Chagas Lemos, de 65 anos, disse estar orgulhoso porque sua casa agora tem endereço, com rua, número e CEP. "Obrigado ao Incra porque me deu a terra pra eu

ter como garantir o meu sustento. Obrigado mais uma vez pelo trabalho junto com o Governo do Estado e Prefeitura, pra que eu pudesse ter o documento e assim possa amparar meus filhos", agradeceu.

---

**Criação de assentamento para 400 famílias deve dinamizar economia na região entre Bahia e Sergipe. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 08/03/2016**

A imissão na posse na Fazenda Renata, no município de Itapicuru (BA), que possibilitará o assentamento de 400 famílias de trabalhadores rurais na Bahia, deve dinamizar a economia da região do Nordeste do Estado, na fronteira Sul de Sergipe.

Isso, porque com a instalação do assentamento os agricultores passam a poder acessar diversos créditos que visam desenvolver seus lotes, no âmbito individual e coletivo. Nesta primeira fase, os agricultores têm acesso ao ciclo I do Crédito Instalação, o que permite recursos de até R\$ 14,6 mil por assentado. Outros investimentos, com destaque para infraestrutura, devem ocorrer na região para facilitar acesso aos lotes e escoamento de produção, para fazer irrigação e dar segurança hídrica aos assentados, etc.

Por possuir influência do manancial subterrâneo da Bacia do Tucano, o futuro assentamento poderá fazer uso da irrigação para o cultivo de melancia, melão, tomate, cebola, banana e caju, abastecendo os mercados da Bahia e Sergipe.

O imóvel rural já possui o protocolo de solicitação de licença ambiental junto ao órgão responsável do Governo do Estado da Bahia, o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema).

A cerimônia que oficializou a entrega do imóvel rural aos agricultores aconteceu no último dia 4 de março, na sede da Fazenda Renata, no município de Itapicuru, localizado a 220 km de Salvador.

Com atuação da Superintendência Regional do Incra em Sergipe (já que esta atua também em uma região composta por 16 municípios baianos que fazem divisa com o estado), a área tem 9,8 mil hectares de extensão e foi uma conquista emblemática para o Instituto, cujo histórico começou com a abertura do processo de desapropriação em 2007.

O superintendente Regional do Incra/BA, Gugé Fernandes, esteve presente no evento e aponta que essa área representa o resultado de esforços da equipe da Superintendência sergipana. “O foco é promover a reforma agrária e estender o acesso das famílias de trabalhadores rurais a política agrária no país”, destaca Fernandes.

Já o superintendente do Incra em Sergipe, André Luiz Bomfim Ferreira, que também esteve no evento de posse da área, destaca que o ato premia o esforço do órgão e oferece uma nova perspectiva econômica para a região e para a vida de centenas de famílias. “A obtenção da Fazenda Renata é mais uma grande conquista que reafirma o avanço da reforma agrária nessa região. Uma conquista que transformará a vida de 400 famílias e que terá um impacto extremamente positivo na dinâmica econômica desses municípios”, afirma.

Segundo o Chefe da Divisão de Obtenção da Superintendência de Sergipe, Paulo Emmanuel Macedo, as famílias a serem assentadas já estão inscritas no CadÚnico pela Prefeitura Municipal onde o assentamento estará inserido. Desse modo, os trabalhadores poderão integrar o Programa Brasil Sem Miséria, do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

---

### **Famílias Sem Terra são feitas reféns e têm casas incendiadas por pistoleiros. Coletivo de Comunicação do MST na Bahia. Site do MST, 08/03/2016.**

As famílias vivem e produzem na área do acampamento a cerca de 1 ano e 10 meses. Elas afirmam que esta não é a primeira vez que o dono da fazenda realiza ações de despejo ameaçando a vida das pessoas.

Na tarde desta segunda-feira (7/3) cinco pistoleiros, fortemente armados, invadiram o Acampamento 25 de Julho, em Baixa Grande, na Chapada Diamantina. As 60 famílias acampadas foram ameaçadas e feitas refém, enquanto seus pertences e barracos eram incendiados.

De acordo com as famílias, os pistoleiros queriam despejar ilegalmente os trabalhadores e trabalhadoras acampados da fazenda Camapuã, que possui aproximadamente 2.500 hectares. O MST na região repudia este método violento e truculento “realizado a mando do proprietário da fazenda, Fred Rios Moreira”.

As famílias vivem e produzem na área do acampamento a cerca de 1 ano e 10 meses. Elas afirmam que esta não é a primeira vez que o dono da fazenda realiza ações de despejo ameaçando a vida das pessoas.

“É prática do fazendeiro ameaçar as famílias. Ele sempre vai com capangas armados intimidar os trabalhadores e desta vez, mesmo que uma liminar de reintegração de posse já tramitando no poder judiciário local, somos violentados desta forma”, destacam.

Indignados, os trabalhadores afirmam, que tudo foi ateado fogo. “Nossos pertences. Nossa alimentação. Não sobrou nada”.

### **Negligência policial**

Após o ocorrido, os trabalhadores acampados entraram em contato com a Casa Militar para registrar a ocorrência e dá início as investigações, porém foram aconselhados a prestarem queixa na delegacia local.

Entretanto, o delegado local, Almir Gois, se recusou abrir um Boletim de Ocorrência e formalizar o ocorrido, dizendo que as questões que envolvem o acampamento já estavam sendo encaminhadas pela Casa Militar.

Disse ainda, em tom de ameaça, “vocês só vão sossegar quando eu entrar lá dentro e derrubar uns três”.

Até então, as famílias continuam acampadas e resistindo as diversas ameaças e truculências, por parte do proprietário, e a negligência da polícia local.

---

### **Trabalhadoras rurais ocupam a Secretaria de Agricultura de Alagoas. Gustavo Marinho. Site do MST, 08/03/2016.**

"Esse órgão não tem cumprido o seu papel no que se refere à política de reforma agrária em Alagoas. As mulheres camponesas hoje estão aqui para dar esse recado e exigir outra postura dessa gestão”, afirmou dirigente.

Camponesas de todas as regiões do estado ocuparam no final manhã de hoje (08) o prédio da Secretaria de Estado da Agricultura, Pesca e Aquicultura, no Centro da Cidade de Maceió.

Cerca de 1000 trabalhadoras do MST, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e da Via do Trabalho reivindicam uma política efetiva para a reforma agrária pelo governo do estado.

Segundo Débora Nunes, da Coordenação Nacional do MST, a ação é reflexo da insatisfação das trabalhadoras e trabalhadoras rurais com a secretaria.

"Esse órgão não tem cumprido o seu papel no que se refere à política de reforma agrária em Alagoas. As mulheres camponesas hoje estão aqui para dar esse recado e exigir outra postura dessa gestão", afirmou.

A pauta principal das agricultoras é a demanda de investimentos para fortalecer a organização produtiva das mulheres camponesas, que possa fortalecer a autonomia, gerar emprego e renda, além de garantir a permanência das mulheres no campo.

"Seja no campo da formação e do próprio investimento em infraestruturas produtivas, é preciso que o governo do estado possa olhar para o campo alagoano, em especial às mulheres camponesas, como uma real possibilidade de trazer desenvolvimento para todo o estado, através da garantia de produção de alimentos saudáveis e diversificados", destacou Débora.

As Sem Terra que já montam acampamento nas dependências da Secretaria, exigem uma reunião com o secretário de agricultura, Álvaro Vasconcelos, o secretário de planejamento do estado, Carlos Christian Reis e do chefe de gabinete do governador, Fábio Luiz Araújo Lopes.

Para as camponesas, os projetos produtivos para as mulheres do campo devem ser assegurados por parte do recurso arrecadado pelo Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (FECOEP). "Já que o governo não apresenta uma política clara para a reforma agrária em Alagoas, nós já apontamos aqui as necessidades e quais seriam os caminhos para contribuir no desenvolvimento dos assentamentos rurais", disse Nunes.

A ação faz parte do conjunto de atividades da Jornada Nacional de Luta das Mulheres Camponesas, que, somente em Maceió, cerca de 1000 trabalhadoras rurais ocuparam na manhã de segunda-feira (7), sete agências do INSS, contra a burocratização do órgão, e quatro prefeituras, pautando as demandas locais e específicas das agricultoras, já na manhã de hoje (8), as Sem Terra somaram-se à marcha em defesa da democracia, contra



o golpe e pautando os direitos das mulheres, em conjunto com diversos movimentos sociais em Alagoas, que compõem a Frente Brasil Popular.

Com o lema “Mulheres em Luta em defesa da natureza e produção de alimentos saudáveis e contra o agronegócio”, as camponesas denunciam nacionalmente em toda a jornada as ameaças do agronegócio e fazem a defesa da soberania alimentar e da Reforma Agrária Popular, diversas ações acontecem em todo o país durante o mês de abril.

---

### **Após ocupação, camponesas se reúnem com representantes do Incra e MDA. Site do MST, 08/03/2016.**

As camponesas reivindicam anulação da titulação das áreas de assentamentos, e que todas as mulheres assentadas tenham acesso a políticas públicas como o Fomento Mulher.

Mulheres ligadas ao MST e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que ocuparam na manhã de hoje o prédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, se reuniram há pouco com representantes da superintendência regional do Incra/RS e do Ministério do Desenvolvimento Agrária (MDA) para apresentar a pauta de reivindicações.

As camponesas reivindicam anulação da titulação das áreas de assentamentos, e que todas as mulheres assentadas tenham acesso a políticas públicas como o Fomento Mulher – cerca de 50% das assentadas ainda não têm acesso ao programa – e Kit Feira, que incentivam a produção de alimentos no modelo agroecológico.

Entre as reivindicações das mulheres também estão seminários, estudos e debates sobre a invasão do agronegócio e suas formas de atuação em áreas de assentamentos, o que causa contaminação da água e da terra, doenças e falta de perspectiva para uma produção saudável para as famílias e o meio ambiente.

“Infelizmente, desde 2009, o Brasil é campeão mundial no uso de veneno nas lavouras. Isso expressa o projeto de agricultura que é defendido por este governo. Para barrar isso precisamos de políticas públicas que fomentem a produção de alimentos saudáveis e a erradicação do uso de venenos nas áreas de assentamentos. Estamos dispostas a

enfrentar, enquanto mulheres, esse processo de transição”, disse a dirigente do MST, Salete Carollo.

As camponesas também exigem o reconhecimento definitivo e infraestrutura para o Assentamento Dom Orlando Dotti, em Esmeralda; a criação da Política de Direitos a População Atingida por Barragens (PNAB); e o assentamento das famílias do MAB que vivem no acampamento ‘Unidos Venceremos’ de Lagoa Vermelha.

Na pauta de reivindicações, também consta a aquisição de novas áreas para assentar todas as famílias sem terra acampadas, atingidas e expulsas por barragens no estado, além da Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates). Hoje, os projetos de produção e o plano de desenvolvimento dos assentamentos dependem deste programa. Portanto, as mulheres pedem que o Incra garanta a sua continuidade e pague as dívidas que tem com as entidades prestadoras destes serviços.

O superintendente regional do Incra, Roberto Ramos, afirmou que uma equipe analisará a pauta de reivindicações das mulheres camponesas. Nesta quarta-feira (9), nova reunião deve acontecer para continuar as negociações.

### **Jornada Nacional de Lutas**

A ocupação faz parte da Jornada Nacional de Luta das Mulheres Camponesas, que este ano tem como lema “Mulheres na luta em defesa da natureza e da alimentação saudável, contra o agronegócio”.

Integrando as ações da jornada no Rio Grande do Sul, na madrugada desta terça-feira (8) as camponesas do MST e do MAB ocuparam o pátio da Yara Fertilizantes, também em Porto Alegre. O objetivo da ocupação foi denunciar o uso abusivo de fertilizantes sintéticos e de agrotóxicos na produção de alimentos no Brasil.

“Lutamos por nossos direitos e contra o atual modelo de sociedade que discrimina as mulheres, incentiva o envenenamento dos alimentos e polui o meio ambiente. Na construção de barragens, nós somos expulsas de nossas terras para a produção de energia, somos vítimas dos crimes sociais e ambientais e junto com o povo brasileiro somos vítimas dos altos preços cobrados nas contas de energia”, finaliza Cleonira Almeida, do MAB.

## **Audiência pública sobre a reforma da previdência**

Nesta terça-feira, cerca de 500 mulheres de movimentos populares do campo e da cidade realizam uma audiência pública sobre a reforma da previdência em frente ao prédio da Previdência Social, no Centro Histórico de Porto Alegre.

O objetivo é denunciar no Dia Internacional da Mulher a realidade das trabalhadoras dos meios urbano e rural, que ainda sofrem com a desigualdade de direitos e poderão perder conquistas históricas com a atual construção do projeto da reforma da previdência. Elas pautam também a elaboração de políticas públicas de assistência às mulheres com relação à saúde, combate à violência e condições de trabalho.

Parte das camponesas que estão acampadas no Incra sairão a partir das 14 horas em marcha até o prédio da previdência. A audiência começa às 15h30 e terá a participação do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Ela é organizada pela Via Campesina, Levante Popular da Juventude e Marcha Mundial das Mulheres.

---

## **Em Porto Alegre, mulheres continuam negociações para desocupar prédio do Incra. Site do MST, 09/03/2016.**

A reunião está marcada para às 11h desta quarta-feira (9) e dará continuidade às negociações da pauta de reivindicações.

Mulheres do MST e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) voltam a se reunir com representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) do Rio Grande do Sul, a fim de continuar as negociações para que elas deixem o prédio da autarquia que foi ocupado na manhã desta terça-feira (8), por cerca de 1200 mulheres.

A reunião ocorre nesta quarta-feira (9), a partir das 11h, e retoma as demandas que as mulheres camponesas apresentaram para funcionários do Incra e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), após a ocupação do prédio, nesta terça-feira (8). São reivindicações que vão desde o assentamento de famílias sem terra acampadas, expulsas e atingidas por barragens, até a destinação de recursos para fomentar a produção agroecológica nas áreas de reforma agrária.

A ocupação do Incra faz parte da Jornada Nacional de Luta das Mulheres Camponesas, que acontece em 21 estados do Brasil com a mobilização de mais de 30 mil mulheres.

Ainda em Porto Alegre, as mulheres do MST e do MAB ocuparam ontem o pátio da Yara Fertilizantes, para denunciar os prejuízos das ações do agronegócio na agricultura brasileira.

---

### **Acesso a políticas públicas para indígenas Tabajaras. Site do MDA, 09/03/2016.**

Nesta quinta-feira (10), representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) vão se reunir com membros da comunidade indígena Tabajara, em João Pessoa (PB). O objetivo é destravar o acesso a políticas públicas voltadas à agricultura familiar, discutindo a emissão de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP).

O cacique Edinaldo dos Santos Silva informa que os Tabajaras estão organizados em duas aldeias, formadas por 26 famílias e localizadas na Barra do Gramame, no município de Conde, Litoral Sul paraibano. “Os conflitos por terra fizeram a nossa comunidade se espalhar”, explica, lembrando que a etnia chegou a ser considerada extinta no passado. Hoje, a população é de cerca de duas mil pessoas na Paraíba, boa parte ocupando áreas urbanas.

“Com a demarcação da terra pela Funai, chegaremos a 100 famílias reconhecidamente indígenas morando no nosso território”, acredita. Segundo o cacique, a DAP vai permitir comercializar a produção junto à Prefeitura do Conde, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Sem alternativa de venda, os Tabajaras plantam: inhame, macaxeira, milho, batata e feijão, para o autoconsumo. Em 2015, a perda estimada foi de 10 toneladas de macaxeira, devido à ausência de mercado.

Luiz Humberto da Silva, coordenador de Monitoramento e Avaliação da SAF/MDA, e Luiz Gonzaga Firmino, delegado federal do MDA na Paraíba, vão participar da atividade. Eles esclarecem que a obtenção da DAP não está vinculada à demarcação definitiva da terra pela Fundação Nacional do Índio (Funai), mas ao enquadramento na lei 11.326/2006, conhecida como Lei da Agricultura Familiar. “Portanto, diante da apresentação de documentos exigidos, os Tabajaras podem obter a Declaração”, esclarece Humberto, desmistificando uma das barreiras que impede o acesso ao mercado institucional.

### **Onde tirar a DAP**

No município de Conde, estão autorizadas a emitir DAP três instituições: o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (Emater/PB) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conde

---

### **Ministra reitera apoio à agricultura familiar – Letícia Verdi. Ministério do Meio Ambiente (MMA). 09/03/2016**

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, reiterou, nesta quarta-feira (9/3), seu compromisso com a agricultura familiar em reunião com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), em Brasília. A pauta da reunião foi o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre a mineradora Samarco, Vale e BHP Billiton, o governo federal e os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, no dia 2 de março.

Segundo a ministra, o TAC não estabelece limite de valores até a reparação total dos danos causados pela mineradora à população e ao meio ambiente. Para gerir o recurso estimado de R\$ 20 bilhões em 15 anos, acordado pelo TAC, será criada uma Fundação de direito privado, controlada pelo Ministério Público Federal. A Fundação terá um comitê interfederativo, composto pelos governos federal, estaduais e municipais, e um comitê consultivo, composto por representantes das comunidades impactadas, inclusive três etnias indígenas, e movimentos sociais como a Contag.

Izabella Teixeira esclareceu que o TAC representa um modelo de governança inovador, em que a participação principal é da sociedade e não do governo. “É preciso ter transparência total e controle social nesse acordo”, destacou. “A prioridade é atender as pessoas atingidas pela catástrofe, humanizar a solução, ouvir os agricultores familiares e buscar a melhor forma de recuperar o que foi perdido”.

---

### **Agricultura familiar em pauta na CNBB. Site do MDA, 11/03/2016.**

Patrus e Dom Leonardo se reuniram hoje na sede da CNBB

O ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Patrus Ananias, esteve na manhã desta sexta-feira (11), com o secretário geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Leonardo Steiner, e o assessor político da Conferência, padre Paulo

Renato Campos. Durante o encontro, na sede da CNBB, em Brasília, eles debateram sobre o atual momento político, agricultura familiar e reforma agrária.

O ministro considerou o encontro muito bom, assim como os anteriores. “Dom Leonardo e eu mantemos, já há longo tempo, diálogo cada vez mais transparente, verdadeiro, diria até afetuoso e comprometido com os pobres.

Este não foi diferente. relatei a ele as manifestações dos movimentos sociais que o MDA recolheu quinta-feira, na 3ª edição dos Diálogos da Terra; expus as atividades e as preocupações do ministério; e conversamos também sobre o momento político”, contou Patrus ao destacar que não tem dúvida que ambos convergem na defesa da preservação do estado democrático de direito e das conquistas sociais.

Para Dom Leonardo Steiner, a atual pasta do ministro Patrus é de grande importância. “Trocamos diversas ideias sobre o momento atual, mas também a importância do MDA, essa necessidade de, cada vez mais, ouvir os movimentos sociais especialmente os que têm a ver com a terra. E, é claro, a igreja também sempre teve a atenção voltada às pessoas que trabalham no campo. Especialmente as questões da reforma agrária e dos pequenos agricultores, sempre estiveram no coração da CNBB”, salientou.

---

### **Extremo Sul da Bahia terá novo modelo de assentamento. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 11/03/2016**

Um novo modelo de assentamento com áreas menores, localizado próximo aos centros consumidores, baseado em tecnologia intensiva e com agregação de valor à produção associado à agroindústria será implementado em fase piloto no Território Extremo Sul da Bahia. A aprovação do projeto-piloto foi definida pela direção do Incra e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), durante reunião realizada na sede do instituto em Brasília.

Lideranças da Fetraf/BA se reuniram com a presidente Maria Lúcia Falcón, com o secretário de Desenvolvimento Rural da Bahia, Jerônimo Rodrigues, com a coordenadora Executiva de Articulação Social da secretaria de Relações Institucionais da Bahia, Mary Cláudia Souza para discutir os conflitos que vem ocorrendo na região, sobretudo pelos despejos executados pela Polícia Militar, atendendo a reintegração de posse concedida pela Justiça baiana.

A presidente Maria Lúcia Falcón disse que o Território Extremo Sul é prioritário para o Incra, no esforço de promover a reforma agrária no estado. Ela lembrou no entanto, que a oferta de terras na região é baixa, seja por questões ambientais, como a necessidade de conservação de fragmentos de Mata Atlântica ou pelos projetos de silvicultura, por isso é necessário pensar em um outro modelo de desenvolvimento para os agricultores assentados que não seja aquele do assentamento tradicional.

A Presidente propôs a implantação de uma espécie de cordão de segurança alimentar no entorno de cidades polos, como Eunápolis, Porto Seguro, Itabela, Itamaraju e assim fomentar o vínculo da territorialidade, com o campo produzindo alimentos e a cidade fornecendo serviços. Ao falar em nome da Fetraf, Elisângela Araújo concordou que é preciso considerar o desafio de construir uma nova proposta de desenvolvimento dos assentamentos, como parte do esforço para encontrar saídas para o acesso à terra.

Os representantes do Governo Estadual destacaram que a proposta apresentada é inovadora e responde a uma situação de difícil solução, que é conseguir terras para promover a reforma agrária na região, seja pela modalidade de desapropriação ou compra direta. "Estamos de braços dados com o Incra para resolver essa situação", afirmou Mary Cláudia.

Ao final ficou acertado que o Incra, em conjunto com o governo da Bahia, vão formar apresentar no prazo de 15 dias uma proposta preliminar sobre o projeto. Representantes do movimento vão se reunir em Salvador para discutir o assunto e o potencial produtivo da região. A próxima reunião técnica será realizada dia 21 de março.

---

**Incra utilizará Cadastro Nacional de Informações Sociais na seleção de famílias para a Reforma Agrária. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 11/03/2016**

Dar maior rigor e ampliar os critérios na seleção de famílias que serão assentadas. Foi com este objetivo que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), publicou no Diário Oficial da União da última terça-feira (9) a Norma de Execução nº 116 que ampliará a relação de documentos exigidos dos candidatos interessados em participar, como assentados, do Programa Nacional de Reforma Agrária e aumentará o controle do Incra sobre esse processo e inibirá as fraudes de selecionados fora do perfil previsto em lei.

A medida da Autarquia Agrária do Governo Federal prevê que, a partir de agora os candidatos apresentem os seguintes documentos: identidade civil com foto e fé pública; o Cadastro de Pessoa Física (CPF); Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento ou declaração de União Estável; e Extrato do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS Cidadão), da Previdência Social.

Segundo o diretor substituto de Obtenção de Terras do Incra, Robson Fonzar, ao exigir mais documentos para as famílias que desejam ter acesso à terra por meio do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), pessoas fora do perfil serão inibidas a pleitear o acesso a essa política. “Com esse aperfeiçoamento legal, o Incra, que antes exigia apenas o CPF, vai aperfeiçoar a seleção de famílias ao cruzar dados com o CNIS e exigir documento com foto, além de certidão de nascimento e relação civil. Trata-se de importante avanço uma vez que o CNIS, utilizado pela Previdência Social para ter informações como renda e patrimônio, servirão como um balizador para a seleção ou não das famílias inscritas”, explicou Fonzar.

O Diretor considera a nova redação da Norma de Execução 45 como importante avanço para dar maior credibilidade na seleção das famílias assentadas. “É um importante passo para aprimorar a reforma agrária e dar acesso à terra para as famílias que realmente precisam. Trata-se de medida fundamental para combater erro no cadastro e ainda inibir a seleção de famílias fora do perfil”, ressaltou.

A alteração representa ainda uma das medidas acordadas com a Controladoria Geral da União para aprimorar os mecanismos de seleção de família. Esta é uma das ações do Incra previstas no plano de providências para atender às 12 recomendações feitas pela CGU para aprimorar a seleção de famílias para a Reforma Agrária.

---

### **Incra obtém novo imóvel para a criação de assentamento no Sertão Ocidental de Sergipe. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 11/03/2016**

O Incra oficializou, na manhã desta sexta-feira (11), a conquista de mais um imóvel destinado à criação de projeto de assentamento no interior sergipano. Localizada no Sertão Ocidental do estado, a Fazenda Baixa das Cobras dará lugar ao sexto assentamento implantado pela autarquia federal no município de Poço Verde, a cerca de 150 quilômetros de Aracaju.



“Seguimos trabalhando para promover o desenvolvimento dos assentamentos já existentes na região, mas, inegavelmente, também estamos alcançando avanços históricos na implantação de novos projetos aqui e em toda a nossa área de atuação”, afirmou o superintendente regional do Incra em Sergipe, André Luiz Bomfim Ferreira.

Somente neste primeiro trimestre do ano, a superintendência sergipana do Incra contabiliza a obtenção de sete imóveis rurais, sendo cinco destinados à consolidação de territórios quilombolas e outros dois à reforma agrária. “Apesar das turbulências enfrentadas pelo país neste momento, temos conseguido driblar as adversidades e consolidar avanços, garantindo qualidade de vida e desenvolvimento econômico a famílias e municípios, por meio de uma distribuição de terras mais justa”, analisou Ferreira.

Com 286 hectares de extensão, a Fazenda Baixa das Cobras apresenta potencial para o desenvolvimento da pecuária leiteira e de culturas como milho, feijão e mandioca.

Vistoriado pelo Incra em fevereiro de 2011 e classificado como improdutivo, o imóvel teve sua posse imitada em favor da autarquia federal e cederá lugar a um projeto com capacidade para o assentamento de 15 famílias.

---

### **Agricultura Familiar em debate. FETRAF. 11/03/2016.**

Encontro “Diálogos da Terra” foi realizado pelo MDA

O Ministério do Desenvolvimento Agrário realizou ontem (10) o terceiro encontro “Diálogos da Terra”. O evento reúne nesta edição, mais de quinze movimentos sociais do campo, além de professores e pesquisadores universitários e juristas, para discutir ações de fortalecimento e de desenvolvimento da agricultura familiar.

Além da presença do ministro, Patrus Ananias, o encontro contou com a participação da secretária Executiva, Maria Fernanda, da presidente do INCRA, Maria Lúcia de Oliveira Falcón, do coordenador Geral da FETRAF/BRASIL, Marcos Rochinski entre outras autoridades.

Entre os assuntos debatidos estavam questões referentes à reforma agrária, ampliação de créditos e compras públicas.

Ao fazer um balanço de sua gestão no MDA, Patrus avaliou que as ações implementadas pelo governo federal para desenvolvimento da agricultura familiar

foram positivas. Porém, ao se tratar da reforma agrária, o ministro do Desenvolvimento Agrário reconheceu que as ações ficaram abaixo do esperado.

“Temos uma avaliação que, em 2015, ficamos aquém do que gostaríamos em relação à reforma agrária e ao assentamento das famílias acampadas. Então este ano, em uma ação integrada com o Incra, nós criamos uma sala de situação para irmos no limite de nossas possibilidades, fazendo tudo que estiver ao nosso alcance para assentarmos, em condições dignas, as famílias acampadas”.

Ao falar da importância da reestruturação orçamentária do MDA e do INCRA, o coordenador geral da FETRAF/BRASIL, Marcos Rochinski, explicou que a retomada dos recursos é fundamental no que tange o debate acerca dos assentamentos de famílias, da assistência técnica, bem como o fomento do crédito fundiário como alternativas para beneficiar os agricultores familiares. “Não basta apenas cobrar. Também temos que ter a tarefa de garantir que estes órgãos sejam revitalizados para que garantam o alcance de suas metas para este ano de 2016”, enfatizou.

---

### **Sem Terra ocupam latifúndio no interior de São Paulo. Setor de Comunicação do MST São Paulo. Site do MST, 14/03/2016.**

Cerca de 300 famílias ocuparam o latifúndio Santa Maria, de propriedade do Grupo Atalla, que já foi autuada por trabalho escravo e degradante em suas áreas.

Na madrugada do último sábado (12), cerca de 300 famílias da regional de Promissão ocuparam o latifúndio Santa Maria, de propriedade do Grupo Atalla em Pirajuí.

As famílias Sem Terra já entraram na fazenda, que encontra arrendada para plantio de cana de açúcar, plantando alimentos como sinal de permanência e reivindicação para que a área seja destinada para fins de Reforma Agrária.

O Grupo Atalla possui diversas empresas em outros ramos, entre elas a Central Paulista de Açúcar e Álcool em Jaú-SP e a Central de açúcar e álcool em Porecatu, Paraná, ambas com filiais em todo o estado; O Grupo também tem a Ciplan Cimentos Planalto que opera no ramo de cimentos e construção civil no Distrito Federal e a Central Paulista de Inseminação Artificial (Haras Atalla), onde desde 1970, com o objetivo de melhorar a genética de raça de touros para leilão, produz cerca de 36 mil doses de sêmen ampoladas por semana.

No site da ANAC (Agencia Nacional de Aviação Civil), na lista de aeródromos particulares, aparece o heliporto particular da família na Fazenda Santa Maria.

Desde o ano de 2008, o MST já ocupou 14 fazendas do Grupo no Paraná, somando um total de 25 mil ha. Isso, segundo dados da própria empresa que reclama do governo do estado por este não cumprir com a reintegração de posse no estado, mesmo após liminar judicial.

O grande problema para o Grupo é que ao juntar as unidades da Usina Central do Paraná a produção de cana para moagem em safra normal é de 2 milhões de toneladas, o que resulta em 4 milhões de sacas de açúcar e 50 milhões de litros de etanol. Porém, para cumprir com essa meta é preciso 5 mil trabalhadores boias frias. A maioria deles fez greve contra a empresa, que já foi autuada por trabalho escravo e degradante e ainda assim foi apoiada por diversos setores populares da região de Porecatu. E em resposta à greve, o grupo de segurança foi trocado por jagunços para conter o processo de luta dos trabalhadores.

Por conta das ocupações e permanência do MST nessas áreas, parou-se parte da produção. Apenas 1200 pessoas continuaram trabalhando. Recentemente o grupo Atalla anunciou o investimento de R\$ 100 milhões "para recuperação de canaviais degradados, destruídos pelo MST".

Diante do não cumprimento dos despejos, o Grupo Atalla exigiu uma indenização de R\$ 18,4 milhões do governo por danos e pelo não cumprimento da reintegração de posse em suas áreas desde 2008.

Na Fazenda Variante, área de 1.406,50 ha, ocupada pelo MST, havia trabalho escravo já autuado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Além disso, de acordo com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Grupo possui uma área grilada no estado do Acre, chamada Fazenda Califórnia, com 427.390 ha., no município de Feijó.

### **Histórico do Grupo Atalla**

As usinas de açúcar e álcool do Grupo Atalla foram ao auge nos anos 70. Jorge Wolney Atalla - proprietário da Fazenda Santa Maria, foi o presidente de honra da Copersucar, maior exportadora brasileira de açúcar e etanol no mercado mundial. Atualmente, a

Companhia é responsável pela exportação de 55% da produção de açúcar e 60% da produção de álcool produzidos no país.

Jorge Wolney Atalla também foi um dos criadores do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) para desenvolver variedades genéticas mais produtivas, que inicialmente, tinha como controlador único a Copersucar e hoje estão entre seus principais acionistas empresas como o Grupo Raízen, Odebrecht, São Martinho, Bunge, Tereos, Coruripe e Santa Terezinha.

O atual proprietário do Grupo Atalla é Jorge Wolney Atalla Jr, mas seu pai que faleceu em 2009, era engenheiro formado nos EUA com especialização em petróleo. Trabalhou na refinaria de Cubatão durante o governo Geisel (seu amigo).

O Grupo Atalla foi um dos financiadores da Operação Bandeirantes (OBAN) em São Paulo. A OBAN foi o maior esquema de caça aos militantes de esquerda, tortura, assassinato e desaparecimento durante a ditadura civil-militar e era comandado pelo Exército.

Não por acaso, os governos militares concederam empréstimo de cerca de 300 milhões de dólares para o Grupo Atalla. Com prazo a perder de vista, os quais nunca foram devolvidos aos cofres públicos.

Foi também presidente da Cruz Vermelha em São Paulo e seu filho Jorge Wolney Atalla Junior continua como presidente da Instituição. A participação de Emerson Fitipaldi na Formula 1 era financiada pelo Grupo Atalla, através da Coopersucar. O salário de Fitipaldi na época era de 250 mil dólares.

### **Cenário atual**

As usinas em falência foram arrendadas, em parte para Cosan que é o maior grupo usineiro do país, e também para Usina Equipav (um complexo de usinas, mineradoras, construtora, entre outros negócios).

Segundo informações de Sindicatos da região, quando arrendou para o Grupo Cosan, - desde novembro de 2007 para cá -, o Grupo Atalla demitiu mais de 3 mil trabalhadores no estado de São Paulo, sem acertar os direitos trabalhistas. Existem 700 ações judiciais movidas por trabalhadores contra o Grupo que tramita em duas Varas do Trabalho em Jaú.

Entre os trabalhadores lesados estão: cortadores de cana, trabalhadores da indústria química e alimentação (produção de açúcar e álcool), motoristas de transporte de cana e vigilantes.

As demissões em massa se deram por conta do acordo de arrendamento entre o Grupo Atalla e o Grupo Cosan. A Cosan pagou antecipado por cinco anos de arrendamento, mesmo assim não foi pago os trabalhadores por parte da Atalla.

Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Jaú, Mineiros do Tietê, Igarapu e Barra Bonita denunciaram a empresa para o MPT. Também Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação e Sindicato das Empresas de Transporte fizeram denúncias.

### **Situação Judicial**

Segundo informações do Jornal da Cidade/Bauru e Jornal do Comercio do Jaú, a Justiça do Trabalho de Jaú bloqueou contas bancárias do Grupo Atalla para pagamentos de rescisões de contrato de mais de 800 trabalhadores demitidos, atendendo liminar em ação civil publica da Procuradoria Regional do Trabalho de Bauru, da 15 ° Região.

Em 2008, a liminar foi concedida pelo Juiz José Roberto Tomazzi, da 1° Vara do Trabalho da Comarca de Jaú.

De acordo o procurador do Trabalho, Luís Henrique Rafael, aproximadamente R\$ 2,5 milhões foram bloqueados das contas bancárias de empresas do Grupo. Após Justiça determinar o bloqueio dos ativos financeiros do Grupo, esse valor foi repassado para uma conta judicial e esta à disposição da Justiça do Trabalho.

---

### **MST e MAB ocupam fazenda grilada em Lagoa Vermelha no RS. Site do MST, 14/03/2016.**

Os acampados no local são da própria região e a maioria são famílias sem-terra expulsas pela construção de barragens – há sete somente no Nordeste gaúcho.

Na madrugada desta segunda-feira (14), Dia Internacional de Luta contra as Barragens, 500 integrantes do MST e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB, ocuparam a fazenda Gazola, na região Nordeste do Rio Grande do Sul.

A área tem 500 hectares e está localizada no município de Lagoa Vermelha – a dois quilômetros do Centro da cidade. Com a ocupação os militantes denunciam a grilagem da fazenda e reivindicam a sua desapropriação para reforma agrária. “É uma terra arrendada e quem hoje lucra com ela não é o dono”, afirma o coordenador do MAB, Arnaldo Pollo.

Os acampados no local são da própria região e a maioria são famílias sem-terra expulsas pela construção de barragens – há sete somente no Nordeste gaúcho.

“As barragens são grandes indústrias de sem terra: milhares de pessoas perderam suas áreas e, por consequência, seu trabalho, renda e dignidade. Agora estão na luta para tentar se reconstruir”, explica o dirigente do MAB, Marco Trierveiler.

Marco ainda acrescentou que, se a fazenda for desapropriada, o objetivo é acabar com o monocultivo da soja transgênica e investir na produção de alimentos saudáveis.

---

### **Sem Terra ocupam fazenda Martinópolis em São Paulo. Setor de Comunicação do MST São Paulo. Site do MST, 14/03/2016.**

O Movimento afirma que a terra é do Estado e deve ser destinada para fins de Reforma Agrária.

Na manhã desta segunda-feira (14), cerca de 400 famílias do Acampamento Alexandra Kollontai ocuparam a fazenda Martinópolis pela décima sexta vez.

A área fica localizada no município de Serrana, estado de São Paulo e embora ela seja reivindicada pela Usina Martinópolis, há anos é arrendada para a Usina Nova União. Ambas as usinas estão afundadas em dívidas e o Movimento exige a posse da área imediatamente.

"Nós entendemos que há três décadas a fazenda pertence ao Estado, porque a Usina Martinópolis não paga o ICMS desde então. Mas, entra ano, sai ano e o calote continua", afirma direção regional do MST.

Capangas da Usina vem amedrontando as famílias Sem Terra e agrediram trabalhadores acampados, os ameaçando para que desistissem da luta e fossem embora, caso contrário tocariam fogo nos barracos.

No entanto, as famílias seguem em luta. O processo se encontra nas mãos do governador de São Paulo, Geraldo Alckimim, pronto para ser assinado.

O acampamento Alexandra Kollontai luta pela reforma agrária na fazenda Martinópolis há cerca de 08 anos. "Esta terra é da Reforma Agrária e o Estado tem o dever de assentar as famílias. Por isso, nós não sairemos mais daqui", ressalta direção do Movimento.

---

### **No Incra, MST e MAB tratam sobre ocupação de fazenda em Lagoa Vermelha. Site do MST, 15/03/2016.**

O intuito é discutir sobre a ocupação da fazenda Gazola, em Lagoa Vermelha, no Nordeste do Rio Grande do Sul, e apresentar uma pauta de reivindicações ao governo federal.

Integrantes do MST e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) participam nesta terça-feira (15), de uma audiência no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Porto Alegre. O intuito é discutir sobre a ocupação da fazenda Gazola, em Lagoa Vermelha, no Nordeste do Rio Grande do Sul, e apresentar uma pauta de reivindicações ao governo federal.

A ocupação da fazenda aconteceu na madrugada desta segunda-feira (14), no Dia Internacional de Luta Contra as Barragens, por cerca de 500 trabalhadores sem terra e atingidos por barragens. Eles denunciam a grilagem e o arrendamento da área, que tem em torno de 500 hectares, e a reivindicam para o assentamento de famílias acampadas no estado.

A audiência está prevista para acontecer às 14h30 e entre as demandas a serem apresentadas está a criação da Política de Direitos à População Atingida por Barragens (PNAB); a aquisição de áreas para a instalação de todas as famílias sem terra acampadas, atingidas e expulsas por barragens; e o reconhecimento definitivo do Assentamento Dom Orlando Dotti, no município de Esmeralda, que ainda sofre com a falta de acesso à água potável, estradas e casas, entre outros problemas de infraestrutura.

---

**Liberados créditos para construções de casas em quatro assentamentos no Ceará. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 15/03/2016**

O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), começa a receber os primeiros créditos direcionados ao Ceará, liberados pela Caixa Econômica Federal (CEF). Ao todo, são 65 moradias, em quatro projetos de assentamento no Estado. Reunião entre o Incra/CE e a superintendência Regional da Caixa, ocorrida no último dia 9, realizou um balanço do MCMV Rural no Ceará.

O assentamento José Lourenço, localizado no município de Barro (CE), receberá 35 casas; Juá, em Caridade (CE), 16 moradias; Agroverde, em Caridade (CE), 10 casas; e São Francisco Icapuí, em Chorozinho (CE), 4 habitações. O crédito é liberado pela caixa por etapas. Assim, 15% do valor total de R\$ 28.500,00 por casa já se encontra nas contas das associações, referente a execução da primeira etapa dos projetos. Ao término da execução dessa primeira fase da obra, os valores subsequentes vão sendo liberados.

No Ceará, 27 assentamentos apresentaram projetos à Caixa para terem acesso a créditos do MCMV Rural. Desses, 10 já assinaram contrato para a construção de 126 habitações. Uma outra reunião entre o Incra/CE e a Caixa deverá acontecer no próximo dia 23 de março para discutir a solução das pendências dos seis contratos que foram assinados, mas que ainda não tiveram os créditos liberados.

Em relação ao padrão das casas do Programa Nacional de Habitação Rural, os assentados têm liberdade para definirem os projetos das habitações, mas deverão observar o limite orçamentário disponível para cada moradia, fixado em R\$ 28.500,00 vindos do Governo Federal, e R\$ 3 mil advindos do Governo Estadual. Outro detalhe é que também as casas deverão cumprir exigências básicas de engenharia e arquitetura, como: ter sala, dois quartos, banheiro e área de serviço.

---

**Condraf debate desenvolvimento rural durante o Dialoga Brasil. FETRAF. 16/03/2016.**

As políticas públicas no Brasil, que fazem parte das metas para o Plano Plurianual 2016-2019 foram debatidas durante o Fórum Interconselhos Dialoga Brasil



As estratégias de monitoramento das políticas públicas no Brasil, que fazem parte das metas para o Plano Plurianual 2016-2019 foram debatidas ontem (15), durante o Fórum Interconselhos Dialoga Brasil.

Realizado pela Secretaria de Governo da Presidência da República (SG), o encontro contou com a participação de Membros do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf).

O coordenador geral da FETRAF/BRASIL, Marcos Rochinski, participou do evento e avaliou que a realização do Fórum possibilita uma maior participação da sociedade civil e dos conselhos no acompanhamento das políticas que compõem o Plano Plurianual.

“A nossa participação por meio dos Conselhos, permite acompanharmos a efetividade do que está previsto no Plano. Além disso, ficaremos atentos às questões que envolvem orçamento, agricultura familiar e reforma agrária”, disse.

#### PPA 2016-2019

O PPA 2016-2019 indica o Desenvolvimento Rural como uma das 12 agendas temáticas ou transversais prioritárias, para os próximos quatro anos. Ao todo, o documento estabelece 1.132 metas em 54 programas temáticos do governo.

---

#### **Inkra estuda aquisição de áreas para reforma agrária no Sul da Bahia. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária . 17/03/2016**

Nos últimos dias, uma série de reuniões entre representantes da Superintendência Regional do Incra na Bahia e de movimentos sociais defensores da reforma agrária foram realizadas no sentido de se buscar agilizar a aquisição de áreas para assentar famílias sem terra.

Na reunião com representantes do Movimento dos Trabalhadores Independentes (MTI), ocorrida na quarta-feira (16), foi tomada a decisão vistoriar duas fazendas localizadas no Extremo Sul da Bahia, com o objetivo de serem adquiridas por meio do Decreto 433/92 - que permite ao Instituto obter áreas consideradas de interesse social e que não se enquadram no perfil da desapropriação.

O superintendente regional Luiz Gugé esclareceu que o primeiro passo será convidar os proprietários para apresentarem as documentações necessárias dos imóveis rurais para análise. “Após essa etapa, realizaremos as vistorias”, acrescentou Gugé.

A iniciativa irá beneficiar os trabalhadores rurais do MTI, que possui uma demanda de 400 famílias a serem assentadas no estado. O líder do MTI, Wedson Souza, contou que está com boas expectativas para conseguir assentar centenas de famílias. “Precisamos de terra para o avanço da agricultura familiar”, enfatizou Souza.

Na segunda-feira (15), a regional baiana recebeu representantes da Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região do Sisal e Semiárido da Bahia (Fatres). Decidiu-se que vistorias serão realizadas para atender famílias desse movimento.

Além disso, servidores do Instituto farão uma visita ao assentamento Vale do Itapicuru, no município de Araci (BA), no dia 30 de março, para solucionar questões técnicas em conjunto com as famílias de trabalhadores rurais.

Na quinta-feira (10), o superintendente Luiz Gugé acompanhou a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar da Bahia (Fetraf/BA) numa reunião em Brasília (DF), com a Presidência do Incra. No encontro foi proposto um estudo para novo modelo de assentamentos rurais, com lotes menores e próximos a áreas urbanas, que podem ser implantados no Extremo Sul da Bahia.

---

### **Adjudicação de imóveis rurais abre nova frente de obtenção de terras no Paraná. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária . 17/03/2016**

O procurador federal junto ao Incra, Josué Tomazi de Carvalho, esteve em Curitiba/PR nesta quinta-feira (17) para apresentar a palestra “Adjudicação de Imóveis Rurais em Execuções Fiscais” no auditório da SR(09). A equipe da divisão de Obtenção, assim como integrantes da Ouvidoria Agrária Regional, do Ordenamento da Estrutura Fundiária e da Procuradoria Federal Especializada participaram do evento.

Durante a palestra foi apresentado um estreitamento na atuação do Incra com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). A ação conjunta busca obter imóveis para o Programa Nacional da Reforma Agrária via adjudicação (ato judicial por meio do qual se declara que a propriedade de um imóvel será transferida do seu dono para o credor, que assume todos os direitos de domínio e posse).

De acordo com o procurador Josué Carvalho, no Brasil temos 18.602 grandes devedores, dos quais 2.378 possuem 10.894 cadastros de imóveis rurais no SNCR. “Em

números brutos, seria possível assentar 450% das famílias acampadas no Brasil somente nesse trabalho de cruzamento de dados da Receita Federal com os do Incra”, disse.

O Incra deverá colaborar com a PGFN no sentido de qualificar a avaliação dos imóveis passíveis de adjudicação, uma vez que possui corpo técnico específico (servidores com formação em Agronomia). “Isso pode trazer um diferencial para a carreira de Perito Federal Agrário”, completou o procurador Carvalho. Futuramente, será formado um Comitê Regional de Adjudicação em cada estado para agilizar os trabalhos.

A ação faz parte da política de ajuste fiscal do governo federal, uma vez que os bens arrecadados pela União (imóveis rurais de grandes devedores da Fazenda Nacional) são revertidos para a Reforma Agrária, em processos menos onerosos que as desapropriações e/ou compras de terras.

O Incra/PR tem experiência em adjudicação, sendo que em 2009, houve a transferência do imóvel rural Fazenda Madeirit, localizada em Guarapuava, via processo de adjudicação para fins de reforma agrária. A área deu origem ao Projeto de Assentamento Nova Geração, com 29 famílias de agricultores assentados. “Essa ação é importante para que possamos aumentar a oferta de vagas no Programa Nacional de Reforma Agrária no Paraná. O trabalho conjunto do Incra com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional tem uma grande relevância social nesse sentido”, disse o superintendente regional do Incra no Paraná, Nilton Bezerra Guedes.

---

### **Ausência de avanços para indígenas no Brasil é 'inquietante', diz ONU – Luísa Martins. O Estado de São Paulo. 17/03/2016**

Depois de 10 dias visitando comunidades indígenas pelo Brasil, a relatora da ONU Victoria Tauli-Corpuz concluiu que “há uma inquietante ausência de avanços” na solução de demandas antigas dos índios e “retrocessos preocupantes” na proteção de seus direitos. Ela leu seu relatório nesta quinta-feira, 17, na Casa da ONU, em Brasília.

A pesquisadora filipina visitou mais de 50 povos indígenas de dezenas de etnias espalhadas pelos Estados de Mato Grosso do Sul, Bahia e Pará. Nos últimos dias da missão, reuniu-se com autoridades do governo para tratar de suas preocupações: a violência, a interrupção dos processos de demarcação de terras, as constantes ameaças

de despejo e o desaparecimento de línguas indígenas no País. “Os riscos enfrentados pelos povos indígenas estão mais presentes do que nunca”, disse.

Para ela, a PEC 215 - que tira do Executivo e passa para o Congresso a palavra final sobre a demarcação de terras - “solapa” os direitos indígenas. Aliás, um dos principais motivos de sua visita ao Brasil foi o fato de haver uma “representação errônea” de que os índios detêm grandes extensões de terra, quando, na verdade, segundo ela, é o setor do agronegócio que ocupa “porcentual desproporcional do território brasileiro”.

Levantamento do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) apontou que, entre 2007 e 2014, o número de líderes indígenas assassinatos aumentou de 92 para 139 - mais de 50%. À relatora, os índios reclamaram de omissão do governo. “Muitos indígenas me mostraram ferimentos de bala em seus corpos, levaram-me a lugares onde seus familiares foram mortos e relataram incidentes envolvendo prisões arbitrárias e criminalização de seus líderes. A impunidade permite que a prática de violência por parte de forças de segurança privadas, pistoleiros e forças estatais permaneça inalterada”, disse Victoria, conclamando as autoridades a “pôr fim nessas violações”.

A declaração da relatora também abordou os “grandes projetos de desenvolvimento” (usina de Belo Monte, por exemplo) como “ameaças profundas à existência” dos indígenas. Segundo ela, os projetos são impostos aos índios sem qualquer consulta sobre seu consentimento, conforme prevê a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Ela citou, também, a poluição do Rio Doce - causada pelo rompimento da barragem de Fundão, da Samarco, em Mariana (MG) -, do qual tribos dependem “para seu sustento e subsistência”.

Ela ainda disse que a demarcação de territórios indígenas é uma “urgência”, em função dos índices de desmatamento, de destruição de rios e do empobrecimento dos solos decorrentes das monoculturas e das atividades de mineração, “o que impede as terras e águas de garantir a sustentabilidade alimentar dos povos indígenas no futuro”. Salientou que, nesse aspecto, o Executivo é pouco proativo. “Falta vontade política”, afirmou. “O Estado brasileiro parece estar criando as condições para um conflito que terá um efeito devastador para os povos indígenas”, continuou.

Atualmente, de acordo com a ONU, vivem no Brasil mais de 869 mil índios e índias, divididos em 305 etnias que falam 274 línguas. A pesquisadora também observou que

há poucas escolas indígenas e, nas que existem, os professores têm remuneração bem abaixo da média, o que seria “uma forma de discriminação”.

Ela informou que, em conversa com o Ministério do Desenvolvimento Social, ficou acordado um estudo sobre a implementação de um programa assistencial semelhante ao Bolsa Família, específico para a população indígena. Atualmente, relatou, os índios precisam pagar transporte até o local de retirada do dinheiro, gerando gastos com os quais não podem arcar. Ela também apontou para um esquema de desvio do benefício, em que comerciantes retêm os cartões sociais dos indígenas que “estão em dívida” no estabelecimento.

Uma série de recomendações foi elaborada por Victoria para apresentar ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, com base no que observou durante a visita ao Brasil. Concluir investigações sobre os assassinatos de indígenas, redobrar esforços para superar o impasse da demarcação de terras e rever o orçamento da Fundação Nacional do Índio (Funai) são algumas das medidas sugeridas pela relatora.

---

### **Comunidade quilombola na Paraíba comemora posse de imóveis. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 17/03/2016**

As 71 famílias que formam a comunidade quilombola do Grilo, no município de Riachão do Bacamarte, na região do Agreste paraibano, comemoraram, na quarta-feira (16), a conquista dos dois imóveis que integram o território de aproximadamente 139 hectares que elas reivindicam. Passaram à posse do Incra os imóveis Serra Rajada I e II, que somam cerca de 119 hectares e estão situados a aproximadamente 98 quilômetros da capital paraibana. Os outros 20 hectares do território reivindicado já estão em posse da comunidade.

O próximo passo no processo de regularização do território da comunidade quilombola do Grilo é, de acordo com a antropóloga do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra na Paraíba (Incra/PB) Maria Ester Fortes, a concessão do título de propriedade coletivo e pró-indiviso em nome da associação dos moradores da área.

“Os proprietários têm 30 dias para retirarem seus pertences das áreas, mas a comunidade já pode usufruir plenamente do seu território. A imissão de posse já garante às famílias acesso pleno e autoridade sobre as áreas”, explicou Maria Ester,

acrescentando que o Incra emitirá, em nome da comunidade, um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) que serve como título provisório.

Além das famílias da comunidade do Grilo e de outras comunidades quilombolas paraibanas, participaram do ato de imissão de posse, realizado após uma caminhada, o superintendente do Incra/PB, Cleofas Caju, a equipe do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas da autarquia, o oficial de justiça da 6ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Campina Grande Milton Moraes e representantes do Ministério Público Federal (MPF), da Associação de Apoio às Comunidades Afrodescendentes (Aacade), da Coordenação das Comunidades Negras e Quilombolas da Paraíba (Cecneq) e de movimentos sociais do campo.

“Estamos fazendo justiça social com essa conquista de mais de cem hectares. O Governo Federal está corrigindo uma grande injustiça cometida contra o povo negro, que foi tão explorado”, afirmou Cleofas Caju.

Para a presidente da associação da comunidade, Leonilda Coelho Tenório dos Santos, 55 anos, mais conhecida como Paquinha, a conquista das áreas reivindicadas significa mais do que a garantia de permanência das famílias na terra onde viveram seus antepassados. “Essa conquista é tudo para nós. Significa trabalho, plantio, criação de animais”, disse.

Segundo a agricultora, as famílias da comunidade do Grilo pagavam foro, uma taxa cobrada pelos proprietários das terras, para poderem plantar na área durante seis meses do ano. “Às vezes não dava nem tempo de colher o roçado porque o gado dos donos das terras comiam tudo”, contou Paquinha.

Com a imissão de posse dos imóveis, as famílias já planejam plantar feijão, milho, fava, macaxeira, inhame, batata-doce e hortaliças. “A terra é muito produtiva. O que plantar dá”, garantiu Paquinha.

“Não quero que nenhum jovem da nossa comunidade saia daqui para morar fora, em João Pessoa, no Rio de Janeiro ou em São Paulo”, concluiu a liderança quilombola.

Maria Ester disse que a imissão de posse dos dois imóveis vinha sendo aguardada com muita ansiedade. “A gente sabe que o processo é demorado e complexo, mas as comunidades quilombolas não desistem. Elas possuem muitos amigos e parceiros, que

colaboraram para que o trabalho do Incra fosse realizado”, afirmou a antropóloga do Incra/PB.

Após o ato de imissão de posse, a comemoração da conquista da comunidade do Grilo seguiu durante toda a tarde com fogos de artifício, ciranda acompanhada com zabumba e triângulo e um almoço.

O Relatório Antropológico que compõe o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da comunidade quilombola do Grilo foi publicado em 25 de março de 2011 e foi fruto de contrato firmado em março de 2008 entre o Incra/PB e a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (PaqTcPB) e elaborados por uma equipe formada por quatro professores doutores em Antropologia da Unidade Acadêmica de Sociologia e Antropologia do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Peça inicial do processo administrativo de regularização dos territórios quilombolas, o RTID aponta os aspectos históricos e socioculturais das comunidades e é constituído por relatório antropológico, relatório agrônômico e ambiental, levantamento fundiário, mapa e memorial descritivo da área, além da relação das famílias quilombolas cadastradas pelo Incra.

Os Decretos de Declaração de Interesse Social para fins de desapropriação dos dois imóveis que integram o território reivindicado pela comunidade do Grilo foram assinados pela presidenta Dilma Rousseff em 5 de dezembro de 2013 e publicados no Diário Oficial da União (DOU) do dia seguinte.

De acordo com depoimentos dos moradores do Grilo transcritos no RTID, a comunidade se originou quando as terras da comunidade quilombola vizinha, a Pedra D'Água, tornaram-se insuficientes para sustentar todas as famílias. Descendentes da Pedra D'Água se estabeleceram em terras dos arredores, que hoje constituem as comunidades quilombolas do Grilo, do Matias e do Matão.

Ainda segundo o RTID, as famílias que hoje vivem na comunidade descendem, em grande parte, dos primos Manuel Dudá e Dôra, que, depois de casados, retornaram ao Grilo, onde Manuel havia nascido, na condição de moradores. No final da década de 1960, após 14 anos de trabalho, a família comprou um pequeno pedaço de terra onde hoje é o núcleo de moradia do Grilo.

De acordo com o RTID, ao se casarem, os filhos do casal foram se estabelecendo ao redor dos pais e passaram a depender das terras vizinhas para manter seus roçados, não mais como moradores, mas como arrendatários.

O RTID registra várias características e tradições da comunidade, como a organização em torno dos laços de parentesco, a priorização dos casamentos endogâmicos, as memórias de festa e trabalho constituídas pela lida no roçado próprio ou como mão de obra alugada, a confecção de louça de barro e do labirinto – tarefas marcadamente femininas –, as festas de São João e as celebrações animadas pelo coco de roda, pela ciranda e pelo samba. As celebrações religiosas de caráter coletivo incluíam, segundo o relatório, as rezas ao longo de todo o mês de maio e as novenas realizadas nas casas da comunidade e encerradas, muitas vezes, com uma roda de ciranda.

A missão de regularizar os territórios quilombolas foi atribuída ao Incra em 2003, com a promulgação do Decreto nº 4.887, que regulamentou o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata a Constituição Federal em seu Artigo 68.

As comunidades quilombolas são grupos étnicos predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Estima-se que em todo o país existam mais de três mil comunidades quilombolas.

Para terem seus territórios regularizados, as comunidades quilombolas devem encaminhar uma declaração na qual se identificam como comunidade remanescente de quilombo à Fundação Cultural Palmares, que expedirá uma Certidão de Autodefinição em nome da mesma. Devem ainda encaminhar à Superintendência Regional do Incra uma solicitação formal de abertura dos procedimentos administrativos visando à regularização.

A regularização do território tem início com um estudo de vários aspectos da comunidade, a elaboração do RTID. Uma vez aprovado este relatório, o Incra publica uma portaria de reconhecimento que declara os limites do território quilombola. A fase final do procedimento é a regularização fundiária, com a retirada de ocupantes não quilombolas através de desapropriação e/ou pagamento das benfeitorias e a demarcação do território. É concedido título de propriedade coletivo, pró-indiviso e em nome da



associação dos moradores da área, registrado no cartório de imóveis, sem qualquer ônus financeiro para a comunidade beneficiada. Os títulos garantem a posse da terra, além do acesso a políticas públicas como educação, saúde e financiamentos por meio de créditos específicos.

Dos 29 processos abertos no Incra/PB para a regularização de territórios quilombolas, 14 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTIDs) foram iniciados e destes, nove foram publicados nos Diários Oficiais do Estado e da União: Engenho do Bonfim, em Areia; Matão, em Gurinhém; Comunidade Urbana do Talhado, em Santa Luzia; Pedra D'Água, em Ingá; Grilo, em Riachão do Bacamarte; Mundo Novo, em Areia; Paratibe, em João Pessoa; Caiana dos Crioulos, localizada nos municípios de Alagoa Grande, Matinhas e Massaranduba; e Vaca Morta, no município de Diamante.

De acordo com a presidente da Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afrodescendentes da Paraíba (Aacade/PB), Francimar Fernandes, 38 comunidades remanescentes de quilombos na Paraíba já possuem a Certidão de Autodefinição expedida pela Fundação Cultural Palmares e uma outra comunidade deve receber a certidão em breve.

---

### **MMA analisa melhorias para a agricultura - Lucas Tolentino. Ministério do Meio Ambiente (MMA). 17/03/2016**

O governo federal estuda medidas para conter os prejuízos gerados pelo javali europeu à agricultura brasileira. O animal tem sido apontado como o principal responsável por perdas nas lavouras de milho e de soja no Sul do país. Em audiência pública realizada no Senado Federal nesta quinta-feira (17/03), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) declarou a necessidade de ação de todos os atores envolvidos na questão. O javali-europeu é uma espécie invasora que entrou ao Brasil no início do século 20. Eles foram trazidos da Europa para a Argentina e Uruguai, de onde escaparam dos criadouros e atravessaram a fronteira. Com isso, acabou sendo considerada uma das principais pragas para a agricultura do país. Em Campo Belo do Sul (SC), foi registrada a perda de 30% das safras de milho e de soja por conta do animal.

“Está clara a necessidade de envolvimento dos setores ambientais e agrícolas e dos governos dos Estados e municípios”, afirmou o diretor de Conservação da Biodiversidade do MMA, Ugo Vercillo.

Entre as soluções, foi apontado o manejo e o controle do javali-europeu. “É preciso estabelecer mecanismos para harmonizar o processo de produção agrícola com a conservação ambiental”, defendeu Ugo Vercillo. O diretor do MMA acrescentou que o animal é considerado nocivo, mas ressaltou que a caça profissional é uma prática proibida.

O estabelecimento de uma economia verde também foi destacado na audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. “Temos o orgulho de ser uma nação biodiversa e, por isso, defendemos o uso sustentável das espécies nativas”, afirmou o coordenador-geral de Autorização de Uso e Gestão de Fauna e Recursos Pesqueiros do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), João Riograndense.

O javali (*Sus Scrofa*) é um porco selvagem originário da Europa, Ásia e norte da África. O animal tem aproximadamente 1,30 m de comprimento e pesa cerca de 80 kg. O adulto possui presas afiadas saindo pelo canto da boca e longos pelos de cor preta. Foram introduzidos como animais de criação e consumo em várias partes do mundo. Mas, devido ao temperamento selvagem, fugiram e se dispersaram, o que os caracteriza como fauna exótica invasora.

A agressividade, a facilidade de adaptação e a ausência de predadores colocam o javali entre as 100 piores espécies exóticas invasoras do mundo. Entre os impactos ambientais, há a transmissão de doenças para os animais nativos, a diminuição de espécies vegetais nativas, a aceleração do processo de erosão e o aumento do assoreamento dos rios. Os prejuízos econômicos incluem o ataque às plantações e o ataque às criações de animais domésticos.

A presença de grupos de javalis asselvajados já foi registrada nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Bahia e Acre.

---

**Grupo identifica 363 potenciais imóveis para reforma agrária. Gabriela Bomtempo e Adolfo Brito. Site do MDA, 21;03;2016.**

Maria Fernanda recebe relatório com áreas que podem ser destinadas à reforma agrária. Criado em julho de 2015, o Grupo de Trabalho Terras para Reforma Agrária Sustentável na Amazônia Legal está em fase de finalização da primeira etapa dos

trabalhos. Nesta segunda-feira (21), os integrantes do GT Terras apresentaram à secretária executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Maria Fernanda Coelho, o relatório com os principais resultados do grupo quanto à destinação de terras públicas federais para a reforma agrária na Amazônia Legal.

Segundo o documento, foram identificados 363 potenciais imóveis para a reforma agrária. Agora, será feito um estudo para ver a viabilidade de usar essas áreas para a criação de assentamentos sustentáveis nos nove estados da Amazônia Legal - Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e cerca de 79% do estado do Maranhão. Se comprovada a viabilidade, a área permitiria o assentamento de mais de 15 mil famílias de acampados até o fim de 2017.

De acordo com o coordenador geral de obtenção de terras do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra), Robson Fonzar, a primeira etapa do trabalho do GT foi um avanço. “Esse grupo deixa claro de que a destinação de terras públicas para a criação de assentamentos vai ajudar a diminuir o número de acampados, e isso é um legado imenso”, disse.

Para Robson, o próximo passo do GT é ampliar o debate sobre o assunto. “A gente tem discutido isso dentro do MDA e Incra de forma que ainda não havia sido feito”, diz o coordenador ao salientar que a discussão sobre a destinação de terras públicas para a reforma agrária sustentável na Amazônia Legal também terá a participação da sociedade civil. “O próximo passo, agora, é a instalação de um comitê nacional e outros estaduais para continuar a debater, com a sociedade civil, essa possibilidade de obtenção de áreas para a reforma agrária”.

### **GT Terras**

Participam do GT Terras integrantes do gabinete do ministro, da Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária da Amazônia Legal (Serfal), da Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SRFA/Incra), da consultoria jurídica do MDA, da Ouvidoria Agrária Nacional, da Procuradoria Federal Especializada (PFE/Incra) e da Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos (DT/Incra).

Entre os objetivos do grupo estão: analisar, acompanhar e propor ajustes na estratégia de destinação de terras públicas federais na Amazônia Legal para fins de reforma agrária; identificar as áreas públicas federais ocupadas irregularmente ou não destinadas que

sejam possíveis de destinação para fins de reforma agrária; e preparar subsídios, propor, coordenar e acompanhar as medidas judiciais cabíveis para a reversão e retomada de áreas irregularmente ocupadas.

---

**Governos discutem reforma agrária da Fazenda Uruanan (CE). Adolfo Brito. Site do MDA, 22/03/2016.**

Os governos federal e do Ceará deram um novo passo, nesta terça-feira (22), no processo de reforma agrária da Fazenda Uruanan. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, se reuniu com o governador do estado, Camilo Santana, para tratar do assunto. Na ocasião, Santana recebeu um relatório elaborado por técnicos da Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA/MDA). O documento delimita as ações e os próximos passos para acelerar o assentamento das mais de 900 famílias acampadas no local.

Para Camilo Santana, o relatório é um avanço para resolver a situação das famílias acampadas. “Sem dúvida é um passo importante, construído com o diálogo entre as instituições, com a participação dos próprios acampados”, disse. “Agora é avançar para que possamos concretizar as reivindicações antigas desses trabalhadores”, destacou o governador do Ceará.

De acordo com o secretário da SRA/MDA, Adhemar Almeida, que participou da reunião e entregou o relatório ao governador, o levantamento é um avanço para acelerar o processo de reforma agrária da fazenda. Segundo ele, o próximo passo é aguardar que o governo do Ceará coloque em prática o Projeto Uruanan, o que deve acontecer em breve. “Trata-se de um projeto de desenvolvimento para aquela região toda, que envolve quatro municípios”, salientou ao explicar que a ação vai envolver a Universidade Federal do Ceará (UFC) e um conjunto de órgãos públicos para discutir o desenvolvimento da região.

A partir da consolidação do projeto, será criado um grupo interinstitucional que vai fazer o detalhamento técnico de cada um dos 19 projetos de financiamento de terra para os futuros assentados da fazenda Uruanan. “A expectativa é de que, no início do segundo semestre, comecem a aparecer os primeiros resultados objetivos”, ponderou Almeida.

---

**Grupo identifica imóveis potenciais para reforma agrária na Amazônia Legal. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 23/03/2016**

Criado em julho de 2015, o Grupo de Trabalho Terras para Reforma Agrária Sustentável na Amazônia Legal está em fase de finalização da primeira etapa dos trabalhos. Nesta segunda-feira (21), os integrantes do GT Terras apresentaram à secretária executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Maria Fernanda Coelho, o relatório com os principais resultados do grupo quanto à destinação de terras públicas federais para a reforma agrária na Amazônia Legal.

Segundo o documento, foram identificados 363 potenciais imóveis para a reforma agrária. Agora, será feito um estudo para ver a viabilidade de usar essas áreas para a criação de assentamentos sustentáveis nos nove estados da Amazônia Legal - Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e cerca de 79% do estado do Maranhão. Se comprovada a viabilidade, a área permitiria o assentamento de mais de 15 mil famílias de acampados até o fim de 2017.

De acordo com o coordenador geral de obtenção de terras do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incrá), Robson Fonzar, a primeira etapa do trabalho do GT foi um avanço. “Esse grupo deixa claro de que a destinação de terras públicas para a criação de assentamentos vai ajudar a diminuir o número de acampados, e isso é um legado imenso”, disse.

Para Robson, o próximo passo do GT é ampliar o debate sobre o assunto. “A gente tem discutido isso dentro do MDA e Incra de forma que ainda não havia sido feito”, diz o coordenador ao salientar que a discussão sobre a destinação de terras públicas para a reforma agrária sustentável na Amazônia Legal também terá a participação da sociedade civil. “O próximo passo, agora, é a instalação de um comitê nacional e outros estaduais para continuar a debater, com a sociedade civil, essa possibilidade de obtenção de áreas para a reforma agrária”.

Participam do GT Terras integrantes do gabinete do ministro, da Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária da Amazônia Legal (Serfal), da Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SRFA/Incrá), da consultoria jurídica do MDA, da Ouvidoria Agrária Nacional, da

Procuradoria Federal Especializada (PFE/Incra) e da Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos (DT/Incra).

Entre os objetivos do grupo estão: analisar, acompanhar e propor ajustes na estratégia de destinação de terras públicas federais na Amazônia Legal para fins de reforma agrária; identificar as áreas públicas federais ocupadas irregularmente ou não destinadas que sejam possíveis de destinação para fins de reforma agrária; e preparar subsídios, propor, coordenar e acompanhar as medidas judiciais cabíveis para a reversão e retomada de áreas irregularmente ocupadas.

---

### **Encontro Nacional de Reforma Agrária e Crédito Fundiário termina hoje defendendo a necessidade de forte mobilização – Livia Barreto. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 23/03/2016**

Depois de quatro dias de debates, dirigentes sindicais, assessorias, consultores do crédito fundiário e parceiros concluíram o Encontro Nacional de Reforma Agrária e Crédito Fundiário com a certeza da necessidade urgente de aumentar a pressão para o avanço da Reforma Agrária no Brasil. O encontro começou no último domingo (20) e terminou hoje (23), na sede da CONTAG, em Brasília.

“Diante da atual conjuntura, todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais estão mobilizados para que a gente faça um grande ato no dia 19 de maio em favor da reforma agrária e da democracia. A Reforma Agrária precisa estar urgentemente na pauta do governo federal. Tivemos um debate muito rico durante este encontro, onde fizemos um amplo debate sobre as prioridades que levaremos para o governo”, afirmou o secretário de Política Agrária da CONTAG, Zenildo Xavier.

Além da mobilização, os participantes do encontro também pontuaram os pontos que levarão para a pauta de negociação. Foi determinado que serão trabalhadas três frentes de luta: a política econômica, junto ao Ministério da Fazenda, questões de legislação, junto ao Congresso Nacional, e também questões judiciais, junto ao Poder Judiciário.

No que diz respeito à possibilidade de reorganização do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que, por dificuldades orçamentárias, pode vir a fundir as Secretarias de Reordenamento Agrário (SRA) e Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária

na Amazônia Legal (Serfal), Zenildo Xavier avalia que, se acontecer, a ação não trará nenhum benefício aos(as) trabalhadores(as) rurais. “Nós não iremos pactuar com essa decisão e sempre defenderemos um ministério forte, com todas as secretarias atuantes e com recursos e orçamento para tocar suas ações nos estados e principalmente na Reforma Agrária e no Crédito Fundiário”, afirma o secretário de Política Agrária da CONTAG.

---

### **Agroecologia será prioridade em Ater – Letícia Verdi. Ministério do Meio Ambiente (MMA). 23/03/2016**

Sob o lema Agroecologia e Alimentos Saudáveis, a 2ª Conferência Nacional Temática de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e Meio Ambiente terminou, nesta quarta-feira (23/03), com 30 propostas para a etapa nacional, que será realizada de 31 de maio a 3 de junho, em Brasília. A conferência temática durou três dias e contou com a participação de cerca de 130 representantes de povos e comunidades tradicionais além de movimentos sociais que atuam na área ambiental e governo.

“Estamos aproximando Ater e ações do Ministério do Meio Ambiente para disseminar a nova agenda do desenvolvimento sustentável, que passa pelas mudanças climáticas, vividas na pele por homens e mulheres do campo, e pela valorização da biodiversidade”, destacou o secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Carlos Guedes de Guedes.

De acordo com o secretário, a Ater leva o proprietário rural a olhar para a propriedade como um todo, a buscar formas de tornar a área mais produtiva e não necessariamente mais degradada. Guedes também destacou que, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ater melhora a qualidade de vida dos produtores e aumenta a produtividade.

Como fazer a transição para a agroecologia? Como melhorar a qualidade de vida dos produtores rurais e dos alimentos consumidos no Brasil? Essas foram as questões norteadoras do evento, movido pela necessidade de preservar os ecossistemas e os recursos naturais frente às políticas agrárias praticadas no Brasil.

O evento compôs a mobilização para a 2ª Conferência Nacional de Ater que, desde o segundo semestre de 2015, já reuniu, em outras etapas preparatórias, 33 mil pessoas em todo o país.

As 30 recomendações elaboradas durante a conferência temática de meio ambiente irão compor as recomendações da Conferência Nacional de Ater. “Foi um esforço do MMA para que o meio ambiente tivesse um peso estratégico”, explicou o diretor de Combate à Desertificação do MMA, Francisco Campello.

Confira três das 30 recomendações:

1. Ater precisa ter inserção nas bacias hidrográficas do Brasil, com foco na recuperação de áreas, uso sustentável do solo e da floresta, visando a segurança alimentar e hídrica;
2. É urgente implementar sistema de crédito diferenciado para incentivar a produção agroecológica;
3. Povos e comunidades tradicionais precisam de sistema permanente e diferenciado para atender suas especificidades.

Atualmente, o MMA executa nove políticas que juntam Ater e meio ambiente. Entre elas, o programa de Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde, em que famílias que vivem em extrema pobreza e moram áreas de proteção ambiental recebem capacitações agroambientais e uma bolsa de R\$ 300 a cada trimestre por dois anos. Trata-se de uma forma de melhorar a condição de vida da população e conservar os recursos naturais.

---

### **Extensão rural para povos e comunidades tradicionais. Adolfo Brito. Site do MDA, 29/03/2016.**

Iran Neves, representante do povo Xukuru do Ororubá, de Pernambuco participa do debate sobre Ater

Representantes de diversos povos e comunidades tradicionais estão reunidos, em Brasília, para estabelecer estratégias e ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). Até o dia 31 de março, eles trocarão experiências e vão contribuir na elaboração de uma política de Ater que promova um desenvolvimento rural justo, sustentável e solidário.



A abertura do evento, nesta terça-feira (29), contou com a participação de várias autoridades. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, esteve presente e, na ocasião, elogiou a participação dos mais diferentes povos e comunidades na elaboração de uma política de Ater que atenda a todos, sem distinção. Durante sua fala, Patrus disse que o governo trabalha para apresentar nos próximos meses o Plano Safra 2016/2017, que terá a Ater como um dos destaques. “Nós já estamos discutindo alguns dos pontos estratégicos, e um deles é a assistência técnica”, destacou o ministro ao falar que um dos grandes objetivos do governo federal para 2016 é consolidar a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater).

O ministro ressaltou ainda a importância de estimular a agricultura familiar por meio da criação de agroindústrias, da agroecologia e da compra de alimentos, via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). “Nós entendemos que o desenvolvimento da agricultura familiar, especialmente dos povos e comunidades e populações tradicionais, é fundamental para a produção de alimentos saudáveis que efetivamente promovam a saúde na vida das pessoas”, frisou.

Na avaliação do coordenador geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais do MDA, Edmilton Cerqueira, o evento marca um momento importante, onde o MDA tem buscado investir mais em Ater para os povos e comunidades tradicionais, dentro do âmbito da agricultura familiar. “O ministério tem se empenhado cada vez mais. A gente sabe que a Ater contribui para a produção de alimentos saudáveis, por parte dos povos e comunidade tradicionais, com destaque muito grande para a segurança e soberania alimentar dessa parcela da população”, disse.

### **Diversidade**

Participam do encontro, representantes dos mais diversos povos e comunidades tradicionais de todo o país. Iran Neves veio como representante do povo Xukuru do Ororubá, de Pernambuco. Assim como os outros participantes ele veio falar sobre a experiência e as necessidades de sua comunidade. Para ele, o mais importante, é a diversidade reunida na elaboração de uma política pública de Ater. “É uma oportunidade de trocar saberes, formar essa grande aliança de conhecimento e solidariedade entre os povos, e, ao mesmo, tempo discutir e encaminhar algumas estratégias que são importantes para a implementação do projeto de vida desses povos”, destacou.

Segundo ele, o trabalho, em conjunto com o governo, vai permitir a elaboração de uma política de Ater em concordância com a realidade e necessidade dos povos e comunidades tradicionais. “É muito interessante pautar o Estado, principalmente com princípios que norteiam as formas de vida desses povos”, concluiu.

## **2ª Cnater**

O encontro faz parte da rodada de conferências temáticas da 2ª Conferencia Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (2º CNATER), a ser realizada entre os dias 31 de maio e 03 de junho. A 2º CNATER é uma realização do MDA sob a coordenação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf).

---

## **Foi aprovado hoje na Câmara dos Deputados projeto de lei que regulamenta a atividade de integração agropecuária no Brasil – Livia Barreto. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 31/03/2016**

As condições, obrigações e responsabilidades contratuais entre produtores agropecuários e indústrias ainda não é regulamentada no Brasil, o que ainda traz vários prejuízos para os agricultores e agricultoras que prestam serviços para as empresas integradoras. Mas estamos mais próximos da regulamentação, pois foi aprovado hoje na Câmara dos Deputados o PL 6459/2013, que trata do tema e traz em seu texto grandes contribuições do MSTTR.

A CONTAG sugeriu 16 emendas ao projeto original, e todas elas foram acatadas na aprovação de hoje, em um processo de acordo entre CONTAG, CNA, Associação Brasileira de Criadores de Suínos, Associação Brasileira de Proteína Animal, Organização das Cooperativas do Brasil, entre outras entidades. O projeto segue agora para votação no Senado Federal.

Entre os principais avanços propostos pelo projeto está a criação do Fórum Nacional de Integração Agroindustrial (Foniagro), composto por representantes dos produtores integrados e das agroindústrias integradoras para definir políticas nacionais e as diretrizes gerais para o aperfeiçoamento e desenvolvimento dos sistemas de integração do país.

O projeto também estabelece com muita eloquência o que deve constar nos contratos de integrações, incluindo a necessidade de divulgação por parte da empresa integradora das condições em que a empresa se encontra, para que os integrados façam uma adesão mais consciente. Essa divulgação se dará por meio do Relatório de Informação da produção Integrada (RIPI), que garantirá a transparência na relação de prestação de serviços.

Outro aspecto importante trazido pelo projeto é a criação da Comissão para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (Cadec) em cada planta industrial dessas empresas, da qual participarão representantes dos integrados, das suas organizações e também das representações das indústrias.

O secretário de Meio Ambiente da CONTAG, Antoninho Rovaris, explica que o PL6459/2013 é um substitutivo de um projeto de lei que veio do Senado, de autoria da senadora Ana Amelia (PP-RS) e que já existiam outros três projetos dentro da própria Câmara dos Deputados, portanto houve um grande esforço de aglutinação desses projetos em um único substitutivo, com um acordo feito com outras organizações

“A atividade de integração, até o momento, é regida apenas pelo código civil. Com a aprovação na Câmara e, esperamos, também no Senado, teremos no Brasil uma legislação que vai dar garantias jurídicas para dar maior segurança da continuidade das atividades em que os agricultores e agricultoras estão envolvidos. Entendemos como um grande passo dado para a Agricultura Familiar no Brasil e um grande momento para a organização da produção”, afirma Antoninho Rovaris.

---

### **Incra/GO realiza consulta pública para aquisição de fazenda de 3,9 mil hectares. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 31/03/2016**

Para dar transparência ao processo de compra da fazenda Sucupira, no município de Amaralina, a Superintendência Regional do Incra em Goiás realiza audiência pública na próxima terça-feira (5), às 10 horas, na Câmara Municipal. Amaralina fica cerca de 300 quilômetros de Goiânia, região Norte do estado.

A fazenda Sucupira tem 3,9 mil hectares e capacidade estimada para assentar 116 famílias. O valor estimado da aquisição é de R\$ 26,6 milhões.

Durante a audiência, os representantes do Incra em Goiás apresentam as características da terra, seus índices de produtividade e detalham o processo da compra, bem como os mecanismos de avaliação da área. Ao final da assembleia, os presentes votam para que a autarquia dê ou não prosseguimento a aquisição do imóvel rural.

O Incra realiza audiências toda vez que vai adquirir um imóvel rural pelo processo de compra, procedimento regulado pelo Decreto 433/92. Isso ocorre quando a fazenda é produtiva e o proprietário tem interesse em vendê-la ao Incra.

Para tanto, convida diversas instituições, entre órgãos de controle, entidades representativas dos trabalhadores rurais, autoridades estaduais e municipais.

Diferente da desapropriação, o processo de compra é consensual e sem demandas judiciais. A compra é um processo utilizado pelo Incra quando não há imóveis passíveis de desapropriação na região ou para resolver conflitos iminentes.

As áreas são ofertadas pelo proprietário ou o Incra faz uma proposta. A autarquia realiza a avaliação das áreas com base no mercado de terras da região. A terra nua é paga em títulos do Governo Federal e as benfeitorias, em dinheiro.

Antes da consulta pública, o corpo técnico do Incra vistoria o local e verifica se a propriedade tem boas condições para desenvolvimento de agricultura familiar ou pecuária. Só com a comprovação da utilidade da terra é que se convoca a audiência.

---

### **Sem Terra voltam a ocupar área da Monsanto em Santa Catarina. Fábio Reis. Site do MST, 31/03/2016.**

Segundo Irma Brunetto da direção do MST, o objetivo do Movimento é denunciar o descaso das grandes empresas multinacionais com o nosso território.

Cerca de 30 famílias Sem Terra reocuparam, na madrugada desta terça-feira (29), os 360 hectares que pertenciam à antiga Agroeste, empresa localizada na cidade de Xanxerê e que atualmente pertence ao grupo Monsanto.

Os Sem Terra resistem há cerca de dois anos em um espaço cedido pela comunidade de Lageado Grande e, nesta terça-feira, resolveram voltar à área da fazenda com o objetivo de pressionar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Segundo Irma Brunetto, da direção do MST, o objetivo do Movimento é denunciar o descaso das grandes empresas multinacionais com o nosso território.

“No ano passado, o INCRA perdeu na Justiça em Porto Alegre, com a justificativa de que a área estava em repouso, mas sabemos que não é isso, o local estava abandonado e só depois da ocupação do Movimento a Monsanto arrendou o imóvel para um ex-funcionário da Agroeste”, afirma Brunetto.

Os Sem Terra garantem para que o arrendatário poderá colher a soja que plantou até agora na área, mas deixaram claro que, de agora em diante, as famílias acampadas trabalharam na produção orgânica.

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,  
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,  
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,  
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,  
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

**Assistentes de Pesquisa**  
José Renato S. Porto

**Secretária**  
Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**cpda** **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**  
**em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**  
**UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214  
Fax: 21 2224 8577 - r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa